



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CEJA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Centro de Educação de Jovens e Adultos
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

RESPONSÁVEL ESCOLAR / VICE - DIRETORA

Maria da Conceição Santana Carvalho

VICE - DIRETORA:

Maria da Conceição Santana Carvalho

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Hilda Bastos Silva

PROFESSORES(A):

Ana Cristina Silva Vasconcelos

Ângela Maria Pereira Souza

Joselourdes Almeida de Souza

Júlio Gomes da Silva

Larissa Silva Neri

Lenilda Fiusa Silva Mota

Marcleide Mendes Vasconcelos

Maria Lavinia Santa Bárbara Bastos

Marilda de Araújo Ventura

Maria Nilva Conceição Carvalho

Ronaldo Bastos Souza

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Perfil Identitário

1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Características e finalidades

1.2 Linha do Tempo: História Institucional

1.3 Diagnóstico Atual

1.3.1 Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4. Concepção de Currículo

2.4.1. Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O respeito à diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Anos Finais

4.1.3. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política Da Educação Inclusiva

- 5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva
- 5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
- 5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva
- 5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.2. A Política De Educação Do/No Campo
 - 5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo
 - 5.2.2. Princípio Orientadores da Educação do/no Campo
 - 5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo
 - 5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.3. A Política Da Educação de Jovens E Adultos
 - 5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.2. Princípio Orientadores da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.4. A Política da Inovação Tecnológica
 - 5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica
 - 5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica
 - 5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica
- 5.5. A Política De Assistência Estudantil
 - 5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil
 - 5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil
 - 5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil
- 5.6. A Política De Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores
 - 5.6.1. Concepção da Formação Continuada
 - 5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada
 - 5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada
- 5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade
 - 5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade
 - 5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade
 - 5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

- 6.1. Concepção de Avaliação do PPP
- 6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Centro de Educação de Jovens e Adultos

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N, Centro.

CEP: 44670-063

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Urbana

E-MAIL: cejaadultos@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6500 ramal 6512

CNPJ: 28.331.625/0001-55

CÓDIGO DO INEP/SERIE: 29468655

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO: Decreto nº 14 de 01 de Março de 2016

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental Anos Iniciais - 1º ao 5º ano e Ensino Fundamental Anos Finais - 6º ao 9º ano nos turnos vespertino e noturno).

CÓDIGO DAS TURMAS:

26714912 (EJA I – 1º/2º ano)	26714915 (EJA II – 6º/7º ano)
26714913 (EJA I – 3º ano)	26714916 (EJA II – 8º/9º ano A)
26714914 (EJA I – 4º/5º ano)	26714917 (EJA II – 8º/9º ano B)
	26714918 (EJA II – 8º/9º ano Vespertino)

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR:

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº de horas/aulas por dia: 04
-------------------	---------------------	-------------------	-------------------------------

COMPONENTES CURRICULARES	EJA I						EJA II			
	ESTÁGIO 1 1º / 2º Anos		ESTÁGIO 2 3º Ano		ESTÁGIO 3 4º / 5º Anos		ESTÁGIO 4 6º / 7º Anos		ESTÁGIO 5 8º / 9º Anos	
	C.H. ANUAL	Nº DE AULAS SEMANAL	C.H. ANUAL	Nº DE AULAS SEMANAL	C.H. ANUAL	Nº DE AULAS SEMANAL	C.H. ANUAL	Nº DE AULAS SEMANAL	C.H. ANUAL	Nº DE AULAS SEMANAL
Língua Portuguesa	280	06	280	06	280	06	160	04	160	04
Matemática	240	06	240	06	240	06	160	04	160	04
Ciências	120	03	120	03	120	03	120	03	120	03
Geografia	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
História	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
Artes	40	01	40	01	40	01	80	02	80	02
Educação Física	I	I	I	I	I	I	40	01	40	01
Língua Inglesa	I	I	I	I	I	I	80	02	80	02
Ensino Religioso	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
TOTAL	800	20	800	20	800	20	800	20	800	20

C.H.: Carga Horária

I: Integrado

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE / TURMA	TURNIO	QUANTIDADE DE ALUNOS
		MATRICULADOS (NO SISTEMA)
8º / 9º ANO	VESPERTINO	25
1º / 2º ANO	NOTURNO	20
3º ANO	NOTURNO	10
4º / 5º ANO	NOTURNO	18
6º / 7º ANO	NOTURNO	28
8º / 9º ANO A	NOTURNO	23
8º / 9º ANO B	NOTURNO	21
TOTAL		145

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Maria da Conceição Santana Carvalho	Vice-Diretora	Graduada
Hilda Bastos Silva	Coordenadora	Pós-graduada
Clodovil Mascarenhas Mendes	Supervisor	Pós-graduado
Ana Cristina Silva Vasconcelos	Professora	Pós-graduada
Ângela Maria Pereira Souza	Professora	Graduada
Joselourdes Almeida de Souza	Professora	Graduada
Júlio Gomes da Silva	Professor	Graduado
Larissa Silva Neri	Professora	Graduada
Lenilda Fiusa Silva Mota	Professora	Pós-graduada
Marcleide Mendes Vasconcelos	Professora	Pós-graduada
Maria Lavinia Santa Bárbara Bastos	Professora	Graduada
Marilda de Araújo Ventura	Professora	Graduada
Maria Nilva Conceição Carvalho	Professora	Graduada
Ronaldo Bastos Souza	Professor	Ensino Médio
Romeu dos Santos Costa	Secretaria	Graduado
Rita Lima Bastos Santos	Secretaria	Ensino Médio
Silvia Letícia Miranda Suzarte	Digitação	Ensino Médio
Luiz Carlos Santos de Farias	Porteiro	Ensino Médio
Celiane Couto de Carvalho Santana	Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto
Adriana Araújo Ferreira	Limpeza	Ensino Fundamental Incompleto
Marilene Ribeiro Silva	Limpeza	Alfabetizada

1.1.PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função social: Missão, Visão e Valores

Diante da realidade social e econômica que nos cerca, acentuadas ainda mais devido ao contexto pandêmico imposto pela COVID-19, procura-se cada vez mais sujeitos mais bem qualificados para o mercado de trabalho. Jovens e adultos com baixa ou nenhuma escolaridade, preocupados com esta situação, procuram uma condição de trabalho mais digna. Por isso, retornam à sala de aula. Nesse contexto, o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), entende que a educação tem um papel preponderante em relação a função social na vida desses jovens e adultos já que ela é responsável pela formação de indivíduos críticos e criativos que possam exercer a cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade.

Missão: Possibilitar aos Jovens e Adultos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desigualdades de oportunidades de permanência ou outras condições adversas, novas oportunidades de acesso e permanência ao ensino de forma significativa, contribuindo com a sua formação no mundo do trabalho, na vida social e conscientes de seus direitos e deveres.

Visão: Desenvolver uma modalidade de ensino de referência a nível local no município pela promoção da aprendizagem e futuramente sucesso profissional dos estudantes, pela qualidade e organização de ensino. Considerando que cada indivíduo possui um “estilo” de aprendizagem diferente, nossa meta é oferecer uma educação que contemple as necessidades do educando.

Valores: Pautamos nossas ações e práticas pedagógicas em valores inerentes a uma vida em sociedade:

Responsabilidade Social

Competência

Profissionalismo

Respeito

Disponibilidade

1.1.2 Características e finalidades

A escola é uma das instituições que tem um grande poder de transformação da sociedade, através da educação, a família tem suas crianças, jovens e adultos que são

formados por ela. Desta forma a instituição de ensino e a comunidade devem buscar parcerias em prol de uma qualidade melhor na educação, como também infraestrutura que garanta uma vida saudável e digna para todos.

Segundo Veiga (2009, p.14),

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

A EJA ofertada na Rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho.

Entretanto, a realidade local do município de Anguera, ainda, é caracterizada pelo pequeno estímulo da população adulta em frequentar a escola, na EJA. Esta é uma cultura que se observa facilmente no diálogo com as pessoas e as famílias, tanto na sede quanto na zona rural. Nesse sentido, o CEJA tem o papel de promover ações que intensifiquem o estímulo, o diálogo, o convencimento, bem como buscar formas de promover incentivos que venham proporcionar o acesso e principalmente a permanência dos jovens e adultos à escola.

Neste estabelecimento de ensino, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral. A aprendizagem no CEJA tem como propósito garantir ao estudante a capacidade de solucionar

problemas da vida concreta e construir conhecimentos a partir dos saberes cotidianos, utilizando procedimentos que contribuam para a superação das dificuldades. Além disso, um dos fatores mais importantes do CEJA é mediar o conhecimento às pessoas e passar os conceitos básicos da vida em sociedade.

Tem como objetivo geral proporcionar o acesso e principalmente a permanência dos jovens e adultos à escola, prezando pela diminuição dos índices de analfabetismo no município de Anguera, oferecendo melhores oportunidades à população, através da educação com o intuito de resgatar a escolaridade do indivíduo para as demandas da sociedade. E como objetivos específicos:

- ✓ Estimular os alunos aos estudos para diminuir os índices de evasão na EJA.
- ✓ Trabalhar com os temas geradores que perpassam pela sociedade.
- ✓ Desenvolver uma metodologia a partir da prática pedagógica contextualizada.
- ✓ Valorizar o histórico de vida de cada aluno estimulando assim a sua autoestima.
- ✓ Incentivar o desenvolvimento do senso crítico do aluno.
- ✓ Promover uma aprendizagem significativa que contribua com o dia a dia do aluno

O CEJA tem seu funcionamento no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho prédio sediado a devida instituição. O administrativo e o pedagógico têm o seu funcionamento 12h50min às 17h05min no vespertino já no noturno das 17h50min às 21h40min, as aulas acontecem diariamente das 13h05min às 17h05min no turno vespertino e das 19h00min às 21h40min no turno noturno, ofertando a modalidade da Educação de Jovens e Adultos na etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). Atualmente funciona com uma turma no turno vespertino (8º/9º ano) e seis turmas no turno noturno (1º/2º ano, 3º ano, 4º/5º ano, 6º/7º ano, 8º/9º ano A e 8º / 9º ano B), com um total de 145 alunos matriculados. Neste ano 2022, ainda no contexto pandêmico, os professores estão encontrando dificuldades em ministrar as aulas e trabalhar as competências e habilidades dos alunos, uma vez que, a maioria dos alunos apresentam dificuldades de aprendizagens dos objetos de conhecimentos. Agravando-se ainda mais no turno noturno e em decorrência aumentando o número de evadidos. Outros fatores que contribuíram para a evasão escolar foram: o aumento das tarefas diárias em seus contextos familiares, a exemplo dos que residem na zona rural como também os da zona urbana inseridos no mercado de trabalho ao longo do dia, outro fator se deve ao crescente número de violência no município.

1.2 Linha do Tempo: História Institucional

No Município de Anguera-BA essa modalidade de ensino deu-se início no ano de 2009, na Escola Municipal Érico Sofhia Brandão com o Ensino Fundamental Anos iniciais (1ª a 4ª série), e após anos instalou-se no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho - CEPAOF, por oferecer uma melhor estrutura física para recepcionar os jovens e adultos. No entanto, essa modalidade de ensino já existia a alguns anos no município sendo ofertada no Colégio Estadual Arthur Vieira de Oliveira.

No ano de 2009 o ensino da EJA continuou seu funcionamento na Escola Municipal Érico Sofhia Brandão, prédio escolar cedido pela gestão municipal, onde funcionavam aulas para jovens e adultos da 1ª à 4ª série, com duas salas de turmas multisseriadas. Assim, a EJA por não ter sede própria e nem código do INEP, os funcionários que trabalhavam faziam parte da equipe da Escola Municipal Érico Sofhia Brandão, pois não tinha recursos financeiros próprios. As atividades complementares (A.Cs) eram realizadas na Secretária Municipal de Educação. Na época a diretora era a Professora Martha Brandão Alves Barbosa e a vice-diretora Iracema Sampaio Figueredo, ambas trabalhavam no ensino regular e na modalidade da EJA. Em 2011 foi nomeada uma vice-diretora exclusiva para a modalidade da EJA no turno noturno, na tentativa do melhor atendimento e desenvolvimento do ensino.

Nos primeiros meses do ano de 2016 afim de integrar as ações com mais eficácias, disponibilização de recursos e uma prática pedagógica direcionada ao público em suas especificidades, a Secretaria de Educação, tendo como secretário o professor Antônio Márcio Silva Vasconcelos, decidiu instituir em decreto o Centro Noturno de Educação de Jovens e Adultos – CENEJA. Sendo nomeada como diretora, a professora Itamara Brito Santana, neste mesmo ano, criou-se o código do INEP, e ampliou-se as etapas do Ensino Fundamental Anos iniciais e Finais, passaram a estudar em um único espaço cedido pelo Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, em razão da Escola Municipal Érico Sofhia Brandão não oferecer uma boa estrutura física e os mobiliários serem infantis. Nesta época a diretora do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho era a professora Luiza Arruda Couto.

Assim, desde 2016 até os dias atuais o Centro de Educação de Jovens e adultos – CEJA está funcionando no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho - CEPAOF, durante os anos de 2016 a 2020, a EJA funcionava apenas no turno noturno, com turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. Em meados de 2020, houve

uma mudança de nomenclatura, uma vez que, se chamava Centro Noturno de Educação de Jovens e Adultos (CENEJA) e passou-se a chamar Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA. Neste ano de 2022 tivemos uma inovação com a implantação de uma turma do 8º/9º ano no turno vespertino.

1.3 Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

A avaliação institucional do Centro de Educação de Jovens e Adultos- CEJA constitui-se como um processo sistemático de discussão de avaliações realizadas em cada etapa letiva, permanente sobre as práticas vivenciadas no ambiente escolar, já que fornece subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade das atividades promovidas por cada professor.

A avaliação é considerada como parte integrante do processo ensino-aprendizagem acompanhando permanentemente a evolução e a transformação dos conceitos por todos os envolvidos no processo. Sendo assim, no que se refere a EJA, a avaliação precisa ser entendida como elemento permanente de construção e reconstrução de saberes, fazendo com que os sujeitos sejam participantes conscientes do processo avaliativo.

Para que o processo avaliativo tenha sentido, as propostas educativas precisam estar articuladas proporcionando desafios superáveis aos alunos, de modo que as respostas de cada um provoquem o professor a fazer outras perguntas sobre elas, em outras dimensões, sobre outros assuntos, sob diferentes formas e provocativas, também, em termos de estratégias de pensamento. Nesse sentido, a heterogeneidade, ou seja, os diferentes saberes do aluno, que coopera entre si e debatem os assuntos, é um fator fortemente favorecedor da melhoria das aprendizagens.

Nesse contexto, a avaliação será entendida como um meio e não um fim. Assim, o processo avaliativo deve estimular o raciocínio, acionar a reflexão e a criatividade, provocar julgamentos e promover linhas de pensamentos por meio de pensamentos dos quais, gradativamente, ambos- educador e educando- possam compor, resolver, criar alternativas e inserir-se crítica e ativamente na realidade estudada. A avaliação deve ser a imersão para uma transformação interior e para uma ação consciente, tanto no nível individual quanto no coletivo. Dessa forma, apresentamos uma proposta de avaliação que está em função de um projeto de homem e de sociedade, por isso

atrelado também ao Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando, assim, a totalidade do processo ensino aprendizagem. Daí a necessidade da avaliação ser diagnóstica, continua, processual, que objetiva explicitar o grau de compreensão da realidade.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos educandos dos diversos perfis e faixas etárias matriculados nessa modalidade, que não tiveram acesso à escola ou que dela se evadiram pelas mais diversas razões.

Neste sentido, a instituição de ensino que oferta a EJA precisa ter o conhecimento básico das legislações que regem e amparam essa modalidade, a fim de possibilitar uma escolarização adequada aos educandos, de forma a reparar a ausência da educação formal, equalizar as oportunidades de acesso ao conhecimento científico e qualificá-los para que possam se inserir em melhores condições no mundo do trabalho.

2.1 Concepção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura; Ser humano:

No CEJA a concepção de ser humano não se apresenta como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, à medida que é produzido, passa a agir sobre o meio para garantir sua sobrevivência.

Considerando o sujeito um ser social, é na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina, se constrói enquanto sujeito e adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social tais como: respeito mútuo, solidariedade e afetividade. De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assuma, verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo e sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade e o mundo do trabalho de forma crítica, consciente e produtiva. Segundo Paulo Freire:

“A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (1987, p. 78).

A formação do homem como sujeito de direitos universais é o centro do processo educacional a essência do trabalho pedagógico, buscando formar uma pessoa capaz de conduzir sua vida respeitando a diversidade cultural, ética e religiosa. A concepção de sujeito e de educação que estamos falando é a de que prepara o homem/aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, autor de sua história, que cria, recria, inventa coletivamente, em parceria, constrói junto, articula teoria e prática, tem valores, saberes, compartilha, acolhe e decide democraticamente.

Sociedade e cultura:

A sociedade não é um amontoado de indivíduos, mas um sistema organizado deles e ordenado em uma estrutura social, com um arcabouço normativo e com instituições formais e informais (Estado, família, Igreja, escola etc.) Na sociedade, a educação se apresenta como um meio de reprodução da cultura. “A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita.”(PINTO, 2010).

Segundo Paulo Freire "A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." Ele se opôs aos privilégios das classes dominantes, as quais impedem a maioria de usufruir os bens produzidos pela sociedade. Dessa forma, a modificação desse quadro deveria partir dos próprios oprimidos, depois de um trabalho de conscientização e politização.

A educação tem a finalidade de transferir a cultura praticada na sociedade. Sendo assim, no ato educativo, são passados os valores sociais, normas e deveres que o indivíduo deve seguir durante toda sua vida social. Entendemos que tais transferências de valor cultural para um indivíduo, tornam-se algo relevante para sua formação, pois será transferida para ele desde seu nascimento, tornando-se integrada a seu caráter desde sua base.

Entretanto, é possível afirmar que a escola é um ambiente sociocultural, onde a cultura de sua sociedade é transmitida através da educação. A escola e os educadores têm a função de transmitir o conhecimento através do ato educativo sem desassociar a cultura do conteúdo a ser transferido. Nesse sentido, “o saber é o conjunto dos dados

da cultura que se tem tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem.” (PINTO, 2010).

No âmbito pessoal, a EJA deve promover o acesso do educando à cultura geral, ampliando seu universo referencial. Para tanto, é necessário que a instituição de ensino proporcione aos educandos experiências culturais diferenciadas, como visitas a museus, cinema, teatro e demais espaços culturais. Por isso é importante que haja um planejamento integrado das disciplinas curriculares para facilitar a organização desses momentos de aprendizagem que deverão garantir aos educandos a articulação dos conhecimentos científicos com a realidade que os circunda, considerando a diversidade de vivências, de idades, de saberes culturais e valores dos estudantes.

2.2 Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana, a educação fundamental, segundo a Constituição Federal (1988) é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade. Educar é libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A concepção de educação de Paulo Freire (2000) vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto aqui no CEJA entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire (2000) fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde...” (2000, p.122).

Dessa forma, na concepção freiriana, a escola deve proporcionar ao ser humano a oportunidade da mudança social, despertando a leitura de mundo, promovendo a libertação, preparando-o para a transformação da realidade envolta, contribuindo para que o estudante se torne parte da sua história.

Seguindo essa concepção, o CEJA segue as orientações da Rede Municipal de Ensino de Anguera na abordagem de temas transversais no planejamento escolar.

Nessa tendência, os temas abordados se tornam geradores de aprendizagens, a partir de procedimentos pedagógicos investigativos, incentivados pelos docentes aos estudantes.

[...] É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento de este buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores (FREIRE, 2005, p. 101).

Entende-se que, na concepção de Paulo Freire, as investigações feitas nas abordagens dos temas geradores, facilitam estratégias para a construção de conhecimentos significativos que contribuem com a formação crítica do sujeito como transformador da sociedade.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;

Ciência e Tecnologia: O CEJA compreende que a Ciência determina um papel fundamental na produção do conhecimento científico e sua relevância social, incentivando os educandos no enfrentamento de uma sociedade suscetível a mudanças, a compreender e interpretar fenômenos naturais, o meio ambiente, a saúde e suas tecnologias (Brasil, 2001).

No cenário da EJA, a ciência possibilita aos sujeitos viverem na prática o conhecimento científico, o que torna bastante desafiador para o professor englobar metodologias específicas e contextualizadas. Reconhecer essa vivência é ir ao encontro dos movimentos sociais e à luta para o favorecimento dos indivíduos que eram historicamente excluídos, garantindo o acesso ao meio escolar (Cavalcante; Cardoso, 2016).

Diante do contexto, a ciência promove a classe educacional da EJA a viver experiências a partir do meio social no qual está inserida e como é sua relação com as experiências individuais de cada aluno.

Os jovens e os adultos precisam ser desafiados o tempo todo a explorar e desenvolver suas próprias ideias e experiências. É preciso aproximá-los ao mundo das ciências com elementos que envolvam sua construção, desenvolvimento, exercitando a curiosidade intelectual, incluindo a investigação, a reflexão, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver

problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Nesse sentido é imprescindível que os alunos se integrem ao mundo tecnológico, pois essa integração trará oportunidades que só quem está plenamente integrado tem. No mundo em que vivemos, considera-se mais qualificado aquele aluno que consegue se integrar com a realidade tecnológica. No mercado de trabalho, o mundo empresarial utiliza-se das novas tecnologias; desse modo, o aluno que não se aplica em aprender, fica à mercê da sorte, ou seja, com menos oportunidades.

É justamente essa a preocupação que a escola deve ter: fazer com que o aluno se empenhe em aprender, crie caminhos para que esse aprendizado aconteça, crie a conscientização de que estar alinhado com as novas tecnologias se trata de questão de sobrevivência; estar alheio a esse conhecimento é perder oportunidade, é estagnação, é optar pelo não desenvolvimento social, intelectual, financeiro.

A escola não pode ficar alheia ao universo informativo se quiser, de fato, integrar o estudante ao mundo que o circunda, permitindo que ele seja um indivíduo autônomo, dotado de competências flexíveis e apto a enfrentar as rápidas mudanças que a tecnologia vem impondo contemporaneamente. (SALGADO, 1999, p. 229)

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, contribuindo com a construção de uma sociedade mais igualitária e mais bem-preparada.

Trabalho: O ensino da EJA é bastante desafiador por envolver metodologias específicas, por seu público com vulnerabilidade social, alunos que precisam trabalhar durante o dia e frequentam a escola no contraturno. Dessa forma, esse tipo de modalidade oferece o desenvolvimento e a formação escolar do cidadão com seu poder social e compromisso com a igualdade de oportunidades, como mostra Krelling (2014):

Os alunos da EJA buscam conhecimento e preparação para sua inserção no mercado do trabalho, almejando melhores condições financeiras para atingir uma qualidade de vida desejável. É preciso, entretanto, considerar situações que vão além da satisfação profissional, como por exemplo a satisfação pessoal (Krelling, 2014, p. 14).

Entender o contexto da EJA é compreender a sua diversidade, com turmas de diferentes idades e trabalhadores com diferentes funções, empregadas domésticas, motoristas, pedreiros e babás, entre outros, mas com um só objetivo: concluírem seus estudos e serem sujeitos aceitos na sociedade, na política e na cultura.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. É a partir dessa valorização que o CEJA permeia suas ações.

2.4. Concepção de Currículo

A escola é um lugar social, em que o currículo ganha sentido para os sujeitos, ou seja, expressão de identidades e territorialidades, e funciona como uma bússola direcionando todo o processo educacional. Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores precisam-se atentar as propostas do currículo, pois diante de uma sociedade globalizada, é necessário a prática de um currículo vivo no ambiente escolar, visando uma aproximação entre os objetos do conhecimento e a realidade ao qual os educandos estão inseridos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) cada unidade escolar possui autonomia em elaborar seu currículo, de forma que contemple seu público alvo. O artigo 26 da LDB afirma que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2018, p. 19).

Diante disso, seguindo os passos da LDB, o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) do município de Anguera/BA, enfatiza a importância de um currículo diversificado para todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA, objetivando formar cidadãos aptos a serem agentes de transformação social.

A ideia de currículo baseado em competências está fortemente ligada às 10 competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que, ela assegura o processo de ensino e aprendizagem de toda Educação Básica do país, inclusive a modalidade de ensino da EJA. E o Art. 18 da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, proclama que a EJA no Ensino Fundamental deve seguir em seus componentes curriculares os Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes

curriculares nacionais para o Ensino Fundamental. Sendo assim, elencamos as 10 competências citadas pela BNCC:

- 1- Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2- Pensamento crítico, científico e criativo: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3- Repertório cultural: Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico cultural.
- 4- Comunicação: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5- Cultura digital: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6- Trabalho e projeto de vida: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7- Argumentação: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

- 8- Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9- Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 10- Responsabilidade e cidadania: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além da ideia de currículo ligada às 10 competências gerais da BNCC, é importante salientar que na Rede Municipal de Ensino de Anguera, a Educação de Jovens e Adultos também tem fortes características dos princípios da Educação Popular defendida e erguida por Paulo Freire. A estruturação curricular do CEJA em consonância com o município é norteadada pelo compromisso social em garantir a escolarização e a construção de aprendizagens por parte das pessoas de camadas populares que, por motivos diversos, não frequentaram ou abandonaram a escola na infância e/ou adolescência. (DCRM)

2.4.1. Fundamentos do Currículo

O lugar dos jovens e adultos no currículo é algo bastante comentado por inúmeros pesquisadores da Educação, pois os professores se deparam com situações difíceis no chão da sala de aula, mas mesmo assim temos que prezar pelo “protagonismo positivo desses jovens e adultos”, e isso pode ocorrer por meio da sociedade que estão inseridos, buscando colocar em prática o protagonismo positivo do trabalho informal que é realizado para contribuir na renda familiar, o protagonismo de cuidar da casa, dos irmãos, entre outros.

A maioria dos jovens e adultos que frequentam a EJA é visto pela sociedade como indisciplinados e violentos, em razão de serem oriundos de comunidades pobres que vivem à beira da marginalidade, e essa condição humana perfaz grande parte da população dos dias atuais. Diante disso, prezamos por um currículo que enfatize a territorialidade, diversidade, humanidade, autonomia, integralidade, interdisciplinaridade

e transversalidade, uma vez que, para motivar e incentivar esses alunos é essencial partirmos das vivências deles. Para ARROYO (2013),

As ciências só pensam as tecnologias, as descobertas que apontam para o progresso, para o aumento da produção, para a racionalidade, para a ordem. A desordem econômica, social, política, moral, cultural que essas adolescências padecem não é objeto do conhecimento sério, racional, progressista, científico. Logo, suas vidas tão preconizadas não farão parte do saber social acumulado, nem da produção intelectual e cultural. Consequentemente, nem se cogita que as indagações que os educandos carregam de seu viver entrem no território por excelência do conhecimento, o currículo. (ARROYO, 2013, p. 240)

Corroborando com a ideia de Arroyo e fundamentado na Constituição Federal e na LDB, a educação tem por objetivo o desenvolvimento da pessoa, a qualificação para o mercado de trabalho, o preparo para o exercício da cidadania. O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) aponta que:

A proposta curricular da EJA se alicerça em princípios e valores definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em consonância com a identidade dos estudantes e suas práticas sociais, com os conceitos escolares socialmente significativos, os quais são relacionados com os conhecimentos adquiridos pelos estudantes na vida cidadã e no mundo do trabalho e com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores e posturas éticas e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (DCRB, 2020, p. 55)

Na atual sociedade, os documentos oficiais que norteiam a educação estão prezando por uma educação construtivista, em que os professores deixam de ser detentores do conhecimento e passam a ser mediadores, e os alunos protagonistas de sua aprendizagem, por meio de uma metodologia ativa. Nesse sentido, embasado na BNCC, no DCRB, na LDB, o município de Anguera/BA elaborou o DCRM, o qual irá nortear toda Educação Básica do município, inclusive a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), um marco saudosos a essa modalidade menosprezada por muitos. O DCRM (2022, p.26) afirma que “O currículo vem a ser o caminho, a rota, sendo a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas com vista no desenvolvimento pleno do educando”.

Diante disso, a proposta curricular do município propõe uma educação transformadora para os jovens e adultos, e isso fica evidente nos planos de curso de todos os segmentos da EJA. Para isso, torna real, é fundamental os professores assumirem uma postura reflexiva no seu fazer pedagógico, já que, por meio dela buscamos melhorar cada dia mais nossas práticas pedagógicas.

Assim sendo, para a garantia do direito dos jovens, adultos e idosos à Educação Básica, o currículo deverá ser pautado em uma pedagogia crítica, que considere a educação como dever político, com espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma. Mediante a esse contexto, o CEJA possui uma proposta curricular com base na aprendizagem por: Eixos Temáticos e Temas Geradores. Estes últimos organizam as diferentes áreas do conhecimento, de acordo com a dinâmica expressa no modelo curricular, que se assenta na política-pedagógica da Educação Popular, na Teoria Psicogenética que explica a construção do conhecimento, bem como, na Teoria Progressista/Freiriana (à luz da visão do ser humano integral e inacabado).

Enfim, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo, em consonância, direciona a unidade escolar cumprir suas finalidades, e eles são flexíveis mediante as necessidades de mudanças, e podem ser reelaborados sempre que houver necessidade.

2.4.2. Princípios Do Currículo

Os seres humanos necessitam da família e da escola para se tornarem cidadãos atuantes, conhecedores dos seus direitos/deveres e reconhecidos dentro da sociedade, sabe-se que a família transmite os conhecimentos de maneira informal, ou seja, de forma espontânea, mas é na escola que nasce a educação formal, e para escola está em pleno funcionamento ela necessita seguir as diretrizes educacionais, e uma delas é o currículo, pois são determinações em âmbito nacional, e toda escola fica sujeita a fiscalização do estado.

O currículo da Educação de Jovens e Adultos do CEJA foi elaborado visando novas práticas pedagógicas inovadoras, em que os alunos são os protagonistas da construção do próprio conhecimento, pois no mundo globalizado os alunos estão cada vez mais inseridos no mundo tecnológico, mesmo sendo alunos da modalidade de ensino da EJA, visto que atende muitos adolescentes, com isso podemos explorar nas aulas jogos, redes sociais, aplicativos, entre outros. Então é necessário o professor identificar o perfil da sua turma, e a partir daí buscar ferramentas do cotidiano deles para gerar aprendizagem significativa. E, além disso, as avaliações não podem ser apenas para atribuir notas e classificação escolar, é preciso ter um olhar consciente e crítico quanto à tarefa de avaliar. Assim, precisamos compreender a avaliação como um ato amoroso, ou seja, acolhedor e inclusivo, Luckesi afirma que:

Podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida (LUCKESI, 1999, p. 173).

Nesse sentido, no processo avaliativo deve existir acolhimento, interação e um olhar para o discente como um todo, e não afastamento do docente com o discente, pois o papel da avaliação visa à inclusão, não à exclusão. Sendo assim, o DCRM (2022) nos orienta que devemos utilizar diferentes tipos de avaliação, no entanto, na EJA iremos aderir à avaliação diagnóstica, avaliação da aprendizagem escolar e avaliação institucional.

Assim, o CEJA entende que o processo avaliativo aliado ao ensino aprendizagem a EJA deve dispor de material didático adequado ao tempo humano, objetivando o desenvolvimento da pluralidade e dimensões da formação humana. Explorando pedagogicamente as potencialidades formadoras do trabalho como princípio educativo. Seu processo de aprendizagem, socialização e formação, respeitando e considerando a diversidade de vivências, de idades, de saberes culturais e valores dos estudantes.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

Gestão Democrática está baseada no exercício da democracia nas tomadas de decisões da unidade escolar, na coordenação e realizações de atitudes e ações que propõem a participação de todos no convívio coletivo e social na comunidade escolar, tendo como “peças” principais professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários. A Gestão Democrática é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões que é necessário em todos os aspectos da organização da escola. No Brasil as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática de acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96).

Desse modo, escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção da educação de qualidade para todos, assim comprometida com o direito e a aprendizagem efetiva e o desenvolvimento pleno, onde família e escola estejam juntas, contribuindo para a cultura dos alunos. Conforme Buss (2008) é compreendida como uma inovação o ato de administração, pois se trata de buscar a participação do coletivo minimizando a hierarquia e o poder individualizado. Contudo, é imprescindível que cada um dos

envolvidos no processo democrático da escola tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

Na rede Municipal de Ensino de Anguera a Educação de Jovens e Adultos tem fortes características dos princípios da educação popular defendida por Paulo Freire. A estruturação curricular é norteadada pelo compromisso social em garantir a escolarização e a construção de aprendizagens por parte das pessoas de camadas populares que, por motivos diversos, não frequentaram ou abandonaram a escola na infância ou adolescência. É fundamental compreender a questão da gestão democrática para além dos seus aspectos conceituais, no nível do currículo do município, seus interesses e características sócios históricos visando à realidade local que cada estudante reside.

Em relação ao acesso à informação e a participação nas tomadas das decisões temos o conselho escolar que contribui qualitativamente para o desenvolvimento das ações que fortalecem o colegiado na unidade de ensino sendo composto por representantes de seguimentos da comunidade escolar constituindo ou deliberativo. Pois permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão escolar de forma democrática. Contudo, o conselho de classe tem suas contribuições qualitativas e quantitativas com objetivos de avaliar os processos de aprendizagens na relação entre professores, alunos e os procedimentos adequados a cada caso, observando o que está disposto no regimento escolar.

Dentre as ações já mencionadas acima no CEJA o Caixa Escolar tem fundamental importância por ser unidade executiva de personalidade jurídica da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, representados pela comunidade escolar, não integrando administração pública, sendo o gestor da escola responsável por gerar os recursos juntamente com os membros do conselho fiscal e toda comunidade escolar.

Outra estratégia adotada para oportunizar a participação e a contribuição dos estudantes foi o projeto implementado este ano de 2022 pela Secretaria Municipal de Anguera, intitulado *Ação Juventude* onde os alunos do CEJA têm direito de escolher através de votação um líder e um vice-líder como representante da turma. Esses escolhidos juntamente com a participação da gestão e coordenação têm o papel de incentivar o exercício da cidadania, desenvolver a capacidade crítica e promover a cultura da paz, na perspectiva do diálogo igualitário e significativo.

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

Para Nascimento, Silva & Rabelo (2015) a prática pedagógica de um professor é influenciada por sua formação ininterrupta. Os Princípios Orientadores da Prática Pedagógica, na EJA, tem como princípio básico a ser exercido à interdisciplinaridade que, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “assegura que a interdisciplinaridade, estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” ou “algo que é comum a duas ou mais disciplinas”.

De acordo com Ribeiro (2002), quando se fala em Educação de Jovens e Adultos, é importante levar em consideração alguns princípios norteadores: o desejo de aprender; a prontidão para a aprendizagem; a aprendizagem relacionada com situações reais; a experiência versus a aprendizagem e o feedback.

Para uma prática pedagógica acontecer no CEJA, segundo as diretrizes que o currículo do município assegura, é necessário que o professor nas formações com o coordenador pedagógico esteja disposto a ressignificar suas técnicas de ensino, passando a conhecer a realidade sociocultural do aluno que possivelmente possui muitos conhecimentos informais.

Segundo Paulo Freire,

“Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” [...] Preciso, agora saber ou abrir-me à realidade com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. (2011, p. 134).

As práticas cotidianas de um professor não se referem a apenas repetir metodologias ultrapassadas, mas uma renovação a cada dia, pois a prática pedagógica é refeita uma vez que refletida antes, durante e depois de realizada. Na formação continuada, as práticas passam a ser menos limitadas desde que dialoguem com os envolvidos no processo, para então haver êxito.

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

Na Educação de Jovens e Adultos a pesquisa é uma das principais ferramentas no processo educativo, pois por meio da compreensão, investigação, estudo e planejamento de conteúdo, e o desejo de realizar novas descobertas. Uma vez que as transformações sociais que vêm ocorrendo devido à difusão da tecnologia, exige dos

estabelecimentos de ensino um novo modo de ensinar, partindo do pressuposto de que a função da escola não é apenas transmitir informação, mas gerar conhecimento.

Ao se tratar da prática da pesquisa relacionada à atividade de ensino, Freire já propunha que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996, p.29).

Nesse sentido, ao se tratar da pesquisa como uma ação pedagógica, inserida no processo de escolarização, Demo (2000), em seus escritos, ressalta a importância do educar pela pesquisa, pois considera que essa prática, muito além da aula expositiva e dialogada, é a base da educação escolar.

Nesse propósito.

Educar pela pesquisa do conhecimento. Este é o meio, educação é o fim. Significa também não separar os dois componentes do mesmo todo hierárquico, ou seja, a pesquisa não se basta em ser o princípio científico, pois precisa também ser princípio educativo. Não se faz antes pesquisa, depois educação, ou vice-versa, mas, no mesmo processo, educação através da pesquisa (DEMO, 2000, n.p.).

Com as informações colocadas acima podemos afirmar que a pesquisa como princípio pedagógico e uma demonstração da neutralidade da ciência e da prática educativa, isso significa que, como princípio educativo, a pesquisa é uma ação do pensamento sensível e racional inserida na totalidade social e na aprendizagem dos jovens e adultos. Nesse contexto, o CEJA tem a pesquisa como princípio educativo, da qual os alunos são pesquisadores e os professores trabalham como orientadores. Buscando com as pesquisas desenvolver nos educandos a habilidade da escrita e leitura, a capacidade de analisar, criticar e propor, a fim de que se torne um cidadão que participe da sociedade de forma ativa, criativa e crítica.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

O trabalho é um princípio educativo. Isso quer dizer que prepara os jovens e trabalhadores para o mundo do trabalho, prepara-os para atender às demandas socioeconômicas e ambientais, conduzindo-os à compreensão da ciência, da técnica e da sua implicação para a sociedade. O estudante torna-se uma pessoa e um cidadão pleno de direitos, capaz de intervir no mundo do trabalho e na sociedade. Os princípios

no sentido mais amplo são leis que marcam a sociedade no convívio social e nas dimensões de valores como ação humanizadora por meio do desenvolvimento.

O zelo pela aprendizagem gera valiosas contribuições no mundo do trabalho, seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).

A concepção de trabalho está atrelada a ideia de formação integral nos documentos oficiais em diálogos com as concepções, no CEJA, afirma o caráter formativo do trabalho uma vez que muitos alunos trabalham durante o dia, e encontram um turno durante o dia para concluir seus estudos e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. O percurso formativo escolar dos estudantes do CEJA, possivelmente contribuirá para sua formação e atuação no mundo do trabalho e na sociedade, mudando para melhor a sua qualidade de vida.

Quando falamos em trabalho no CEJA, podemos fazer uma análise possível de complexas mediações para docência nesta modalidade de ensino, podemos dialogar com alguns dos pesquisadores que promoveram discussões acerca do trabalho como princípio educativo. Saviani (1989) nos aponta alguns indicadores que permitem estabelecer a compreensão do trabalho consentido como princípio educativo em três sentidos relacionados entre si, quais sejam:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...] Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida em que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico. (SAVIANI, 1989, p. 1-2).

Enfim, os elementos de articulação do Trabalho como Princípio Educativo dos jovens e adultos, constroem um novo parâmetro de aprendizagem na escola para o trabalhador, com organização e objetos de conhecimentos produzidos e veiculados para o mundo do trabalho, diante da necessidade e reflexão sobre a dimensão que tem assumido e que ainda pode assumir.

2.6.3. O respeito à diversidade

A diversidade tem sido atualmente, um tema discutido com muita frequência em âmbitos acadêmico, escolar, político, social, midiático, fazendo parte, inclusive, das agendas governamentais no contexto nacional e internacional. Sendo a escola, entre outros espaços sociais, um território onde a diversidade humana é temática constante.

O respeito à diversidade são “termos” ou frases que ouvimos muito as pessoas comentarem nos últimos anos, mas o que é mesmo “o respeito à diversidade”? Na EJA, usamos essa expressão em cada ação desenvolvida como forma de promover inclusão das pessoas em determinado grupo social, uma vez que o respeito é fundamental como forma de permitir e aceitar o outro. O respeito é um dos princípios da diversidade que deve ser exercitado por todos independentemente de cor, raça e classe social sendo fundamental para preservar a identidade, os valores e crenças dos indivíduos, e essencial para garantir a dignidade das crianças e adolescentes. Somos muitos e somos diversos. Muitas vezes, no entanto, o diferente é fonte de preconceito e se torna motivo de bullying e discriminação. Sabemos que o respeito à diversidade é fundamental para a EJA e a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

No CEJA a diversidade de gênero, religião, sexualidade e cultura são acolhidas, reconhecida e respeitada por parte da vice- direção, coordenação e professores, não são sempre, mas às vezes acontecem situações de discriminação por parte de alguns alunos com seus colegas quanto ao enfrentamento a essas diversidades, mas não é algo comum.

Não podemos falar em diversidade pensando em isolamento. Diversidade implica algo mais amplo e complexo que envolve diferentes, enfrentamento das desigualdades, construção de subjetividades e de processos identitários, arquitetados nas práticas sociais e nos jogos de verdade (FOUCAULT,2004) que se instituem nas interações contemporâneas. O respeito e a relevância pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo e são construídos no diálogo. Por isso que, ao tratarmos de EJA, retomamos o discurso de diversidade que institui formas de ser sujeito e precisam incidir no planejamento e implementação de ações no contexto educacional das salas de aula da educação de jovens, adultos e idosos. Segundo o Documento Nacional Preparatório à VI CONFITEA.

Pensar sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade. A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, 52 Capa Sumário 50 Carmen Brunelli de Moura pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar e agir que se enfrentam. (BRASIL, 2009, p.28).

Os efeitos de sentido desse discurso de diversidade, que antes evidenciava inclusão, passam a demonstrar que as diferenças são singularidades e não podem ser embasadas em padrões de referência, pois, de outro modo, fica difícil construir uma sociedade menos desigual. O CEJA constituído como um espaço de relações intergeracionais e culturais evidencia não só a diversidade entre jovens, adultos e idosos, mas também entre as juventudes e as velhices.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

As diretrizes são leis que embasam o currículo do município e as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino da Educação de Jovens e Adultos. No CEJA as práticas pedagógicas não se constituem apenas de elementos presentes na escola, mas envolve os fenômenos políticos, sociais, culturais e educativos do qual fazem parte da realidade dos jovens e adultos. Assim, pode-se identificar seu caráter multicultural e o desafio proposto aos professores enquanto mediador do conhecimento, de ressignificar sua prática pedagógica, respeitando o modo de vida, suas vivências dentro da sala de aula, oportunizando uma formação crítica e reflexiva nas mediações e socializações em sala.

A práxis para Freire é:

A práxis... é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor oprimido. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com que objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela (SOUZA apud, FREIRE, 1974, p. 40).

A prática pedagógica docente, sobretudo na EJA, necessita reconhecer em seu estudante suas vivências, suas construções sociais, seus aprendizados, objetivando estabelecer relação de contextualização e construção com o conhecimento socialmente produzido.

3.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico constitui-se em ações voltadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. A concepção de planejamento se

materializa no CEJA por meio de formações e estudos dos objetos de conhecimentos de cada etapa letiva, promovendo o aprendizado de maneira coletiva e interdisciplinar nas turmas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, no turno vespertino e noturno.

Os registros das ações planejadas por cada professor acontecem por meio de fichas específicas de planejamentos, fotos e pesquisas. Os elementos essenciais no planejamento que contempla o processo de ensino significativo em cada etapa letiva durante o ano são as habilidades e competências que cada objeto de conhecimento propõe bem como os temas geradores e subtemas. Contudo o educador irá permitir-se ser conduzido e planejar didaticamente cada conteúdo com a finalidade de alcançar e assegurar o aprendizado dos alunos. Assim, nesta modalidade de ensino o CEJA utiliza as tecnologias de comunicação e informação tanto nos planejamentos quanto no desenvolvimento das aulas ministradas pela maioria dos professores.

Os “autores” que exerce fundamental importância nesse processo é o professor e o coordenador, pois juntos devem criar metas e estratégias para alcançar o bom desempenho na vida educacional de cada estudante. O planejamento pedagógico também é momento de escuta e elaboração. Uma vez que no CEJA planejamos respeitando o contexto social e histórico da vida de cada estudante.

Na EJA os planejamentos das aulas devem ser de forma específicas a atender as dificuldades diagnosticadas na leitura e escrita de cada aluno no desenvolvimento das atividades em sala. Vários alunos que identificamos com maior avanço de dificuldades, muitos deles trabalham durante o dia, residir distante da escola, tem filhos, cuidar de netos dentre outros. Assim compreende-se que ao iniciar a aula é necessário reservar um período de tempo para a acolhida e momento de escuta antes do conteúdo.

Outra importante ação que reforça o planejamento, são as atividades complementares (AC) realizadas que são realizadas no CEJA a cada oito ou quinze dias, a depender das necessidades, tanto para os professores dos anos iniciais quanto finais. Durante as quatro horas de planejamentos, são realizados momentos de fala e escuta, contribuição e sugestão. Os professores dialogam e criam estratégias a serem desenvolvidas em sala de aula com base nos temas geradores, subtemas e objetos de conhecimento.

Nessa perspectiva, as Atividades Complementares proporcionam momentos importantes para a promoção do processo de ensino e aprendizagem dos jovens e

adultos. Na semana que acontecem as AC'ssão realizadas em três dias: Na terça-feira para o professores dos anos iniciais e na quinta-feira e sexta-feira para os professores dos anos finais.

Veiga (1989) afirma que a Prática Pedagógica (1989, p. 16) é "... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social...". Dessa forma entendemos que assim como Veiga (1989) traz a compreensão da dimensão da prática pedagógica, que não está circunscrita apenas no âmbito escolar, mas perpassa por toda a formação sociocultural de uma sociedade. Ambos afirmam o caráter político dessa ação, permeados pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade brasileira. No aspecto conjuntural podem-se visualizar os programas sociais, projetos políticos, gestão educacional, etc. Com relação ao aspecto estrutural, é marcado pelas desigualdades sociais e concentração de renda.

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

Em termos da avaliação para aprendizagem escolar, propõe-se a construção de uma prática educativa em que a avaliação esteja presente de forma sistemática e processual, em todo percurso do ensino e da aprendizagem, tanto no aspecto cognitivo quanto na dimensão das competências socioemocionais. (DCRM p.112)

A avaliação para a aprendizagem tem valor quantitativo, pois é a soma de todas as metas e ações que foram desenvolvidas ao longo de um período. A avaliação possibilitará o professor a avaliar cada estudante durante o desenvolvimento das atividades, nos erros e acertos que contabilizam a média final. No CEJA a avaliação busca a inclusão dos indivíduos, a valorização do Ser humano, tornando assim o processo de aprendizagem mais produtivo do ponto de vista da realidade dos alunos. As avaliações para as aprendizagens no CEJA são pautadas em planejamentos e projetos pedagógicos que visam atender os sujeitos da EJA em questão, contribuindo assim para uma dinâmica avaliativa mais produtiva. Utilizando a análise do aprendizado como instrumento de incentivo para que o estudante supere suas dificuldades e possa prosseguir seus estudos motivados no aperfeiçoamento de suas habilidades e desenvolvimento dos saberes.

No CEJA, a avaliação institucional se articula com a avaliação da aprendizagem por meios de provas escritas de caráter quantitativo e qualitativo. No processo

educacional e institucional o conselho tutelar sempre dá a sua contribuição toda vez que é acionado, promovendo visitas e palestras direcionados aos jovens e adultos que desenvolve dentro da sala de aula comportamento interdisciplinar. O plantão pedagógico/conselho de classe realizado ao final de cada etapa letiva, com professores, alunos, pais ou responsáveis está sempre buscando avaliar e analisar o desempenho dos alunos em cada etapa, com o objetivo de identificar os pontos que devem ser aprimorados na etapa seguinte.

Durante o ano temos como sugestão de avaliação as ações propostas e desenvolvidas no projeto de leitura. Projeto elaborado com a contribuição de todos os professores do CEJA, durante os encontros realizados em cada momento nas Atividades Complementares (AC), a coordenação juntamente com os professores das séries iniciais e finais, com base nas necessidades locais dos jovens e adultos do CEJA levando em consideração as habilidades e suas vivências escreveram o projeto de leitura que tem como tema: SOU AUTOR DA MINHA HISTÓRIA: Leitura, escrita e vivência na EJA.

No Projeto de Leitura, que abarca o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, foi escolhido um livro de literatura para que os alunos possam aprimorar a leitura e escrita. Sua abertura ocorreu na 1ª etapa, para as etapas seguinte a coordenação pedagógica orientou aos professores a destinar uma semana de cada etapa letiva a trabalhar com ações de leitura, uma vez que na estrutura do projeto foi elaborada uma tabela com ações diferenciadas a serem desenvolvidas em cada etapa em suas respectivas áreas do conhecimento. As ações, tais como: cartaz, portfólio, paródia, entrevista, filme, jogos, música, biografia... serão realizadas até o final do ano e algumas dessas produções descritas acima serão apresentadas na Feira de Conhecimento do município, promovido pela secretaria municipal de Educação, que acontece todos os anos.

Na análise dos dados das avaliações internas e externas o replanejamento das ações educativas acontece com melhoramento de algumas atividades já propostas, fazendo o uso de novos métodos.

Por meio do Ministério da Educação, a cada dois anos é realizada a aplicação da prova (SAEB), destinadas aos alunos do 6º e 9º ano, para “verificar” os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos anteriores, sendo considerada avaliação externa, contribui com novas formas de planejar e ministrar conteúdos no saber fazer

pedagógico pelos professores, uma vez que todos querem bons resultados dos estudantes neste tipo de avaliação, possivelmente o estudante que teve uma aprendizagem significativa não sentirá dificuldade em respondê-la.

Outra avaliação externa, são as Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que acontecem a cada dois anos para os alunos do 6º e 9º ano do ensino fundamental. As provas são realizadas na escola durante duas etapas. A 1ª etapa das provas todos os alunos participam, na 2ª etapa só participam os alunos que foram classificados, ou seja, alunos que conseguiram alcançar a maior nota, as duas maiores notas de cada turma. No CEJA, neste ano de 2022 foram classificados para a segunda fase.

Nº	ALUNO	TURMA	TURNIO
01	Rita de Almeida Clemente	8º/9º ANO	Vespertino
02	João Vitor Oliveira da Silva	8º/9º ANO	Vespertino
03	Guilherme Ferreira Lima	8º/9º ANO	Vespertino
04	Beatriz Santos Santana	8º/9º ANO	Vespertino
05	Rafael Santana de Brito	6º/7º ANO	Noturno
06	Elineide Lima de Carvalho	6º/7º ANO	Noturno

Nesse aspecto, as avaliações internas e externas contribuem para a formação dos jovens e adultos em seu desenvolvimento humano e integral.

No CEJA, a avaliação tem o caráter diversificada, utilizando-se múltiplos instrumentos e elaborada tendo em vista o nível de dificuldade dos alunos, assim os recursos da avaliação devem ser utilizados como elementos de auxílio no processo de ensino aprendizagem.

Segundo, Bordim,

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. “O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica”. (BORDIM. 2014 p. 19).

Assim, a avaliação processual dos anos Iniciais e Finais utilizadas pelos professores que atuam no CEJA adotam instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas,

participação em trabalhos coletivos e individuais, atividades complementares, que possam facilitar a aprendizagem dos educandos e consequentemente avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Nesse sentido, os critérios de avaliação no CEJA, acontecem durante cada etapa letiva, nas interações e mediações ministradas pelos professores. Sendo: Dois pontos para o trabalho (também integra o qualitativo), três pontos para o teste e cinco pontos para a prova. A avaliação acontece de forma processual e continua, pois os alunos são avaliados de todas as maneiras, nas avaliações padrões, presença ativa e participação nas aulas.

TRABALHO/QUALITATIVO	TESTE	PROVA
2,0	3,0	5,0

3.3. Os Temas Integradores

Os Temas Integradores do Documento Curricular Referencial do Município de Anguera (DCRM) buscam fazer com que o processo de ensino e aprendizagem sejam dotados de sentido, significado e função social estabelecendo uma interligação entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento.

Embora o município de Anguera tenha um território relativamente pequeno, há uma diversidade de situações e contextos que devem ser abordados em sala de aula para que o estudante seja inserido num contexto que ele faça relação do local, com o regional e com o global.

Nesse sentido, os Temas Integradores abaixo apresentados devem ser trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, caracterizando o “currículo vivo” vigente do CEJA, enfatizando abordagens sociais de maneira ampla, bem como fazer o uso dos conhecimentos locais e específicos do contexto no qual os educandos estão inseridos.

Educação em Direitos Humanos:

Aprovada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornou-se um marco ético-jurídico-político de construção de uma cultura universal de respeito aos Direitos Humanos, sendo o principal documento internacional norteador e disciplinador dos direitos e liberdade fundamentais da pessoa humana.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) pelo Ministério da Educação (MEC), é direcionada aos sistemas, redes e escolas, a abordagem dos temas contemporâneos que “afetam a vida humana em escala local regional e global” (BNCC, 2017). Para a Base, mais do que ensinar um currículo, as escolas têm de oferecer formação pautada nos direitos humanos, em competências socioemocionais e na empatia. O papel do professor é de mediar, incentivar a criatividade, acolher e tratar diferenças, oferecendo um ambiente propício para debater as questões relacionadas aos direitos humanos. É também de formar cidadãos conscientes, completos e autônomos.

A Bahia traz para o Currículo Bahia, como um dos Temas Integradores, a Educação em Direitos Humanos, compreendendo a sua importância já expressa em normativas como o PEDH, o PEEDH e o Plano Estadual da Juventude, Lei nº 12.361/2011, que no Art. 4º, XX, dispõe sobre a necessidade de:

Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, tais como educação pela comunicação, meio ambiente, cultura brasileira, direitos humanos e de identidades. (BAHIA, 2011).

Assim, o CEJA agrega forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, com princípios norteadores baseados em valores humanos, igualitários, inclusivos e democráticos.

Pensando nessa perspectiva, o currículo Anguerense comunga do pressuposto que ninguém se liberta sozinho, pois os homens se libertam em comunhão, (Freire, 1987) todos somos agentes transformadores na medida em que praticamos os direitos humanos. À vista disso, é imprescindível pensar em Educação para os Direitos Humanos, compreendendo o indivíduo como capaz de agir, de se comportar, de pensar e de se expressar com especificidades e particularidades diversas num mesmo espaço de ordem coletiva e multifacetada.

Arroyo, afirma que as teorias pedagógicas se revitalizam sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Como conclama:

Quando a ação educativa escolar ou extraescolar, de formação da infância, adolescência ou de jovens e adultos ou de educação popular se esquece deles e de seus processos, movimentos e práticas sociais, culturais e educativas, e se fecha em discussões sobre métodos, conteúdos, tempos instituições, calendários avaliação...se perde e desvirtua. Perde suas virtualidades como teoria e prática educativa emancipatória. (ARROYO, 2014, p. 28).

Segundo ainda, os preceitos de Freire que dizia que a pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel e, desta forma, apresentam outro comportamento diante das situações, se mobilizando para mudar o mundo, de acordo com suas palavras, é primordial que a escola impulse as mudanças ou o repensar de comportamentos, fazendo com que o educando, assim como a comunidade escolar como um todo, se sinta atraída e participe do processo de reflexão acerca do cotidiano e o papel que os mesmos exercem na sociedade. A expressão das estratégias e ações pedagógicas diversificadas e adequadas à sua realidade é a premissa para promover os Direitos Humanos, que se dará por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Educação para a Diversidade: Os desafios impostos pela contemporaneidade remetem a construção de uma educação efetivamente inclusiva e que respeite a diversidade humana, social, cultural e econômica, sobretudo, das populações historicamente excluídas. De acordo com MONTAGNER:

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades. (MONTAGNER, 2010, p 15).

Por não ser um espaço social neutro a escola precisa exercer e validar o seu papel político-pedagógico, objetivando acolher os conhecimentos tradicionais advindos dos sujeitos que integram a comunidade escolar, em especial, os estudantes; garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, aos conhecimentos científicos, historicamente construídos pela humanidade, independente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, religião, geração ou situação socioeconômica, e promover a produção de novos conhecimentos advindos do entrelaçamento dos primeiros.

No contexto escolar, constituímos relações com os alunos cotidianamente, e a forma como se dá esse intercâmbio, as concepções que temos do "outro" provavelmente concorrerão no alinhavo de nossas ações pedagógicas. De modo que, esquadrimos: como têm sido vistos os/as alunos/as que fazem parte dos coletivos diversos no habitual escolar? Que perspectiva temos deles/as, a partir do currículo ofertado pela rede de ensino Anguerense? Concordamos com Gomes (2007, p. 26), “será que ainda continuamos discursando sobre a diversidade, mas agindo, planejando, organizando o currículo como se os alunos fossem um bloco homogêneo e um corpo abstrato? Como se convivêssemos com um protótipo único de aluno”?

A escola precisa se constituir como espaço promotor de: afetos, curiosidade, criatividade, sonhos, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, inovação, solidariedade, saúde, autonomia, cidadania, acolhimento, inclusão e felicidade, cumprindo assim o seu papel de formar cidadãos integrais e integrados, livres, criativos, críticos, autônomos e responsáveis.

Em relação ao estudo sobre as relações de gênero e as contribuições da prática docente para a desmistificação de diferenças e preconceitos em relação ao sexo em sala de aula é de extrema importância na educação contemporânea. Nesse sentido, tal temática deve ser inserida no currículo municipal tomando como base os documentos oficiais (BNCC, LDB, ECA, etc), materiais didáticos, artigos científicos.

O processo de inserção no currículo deve levar em consideração o percurso na História, destacando-se as definições para os termos gênero, feminismo e sexualidade, e ressaltar as diferenças entre gênero e sexo, identidade de gênero e estereótipo, bem como sobre as regras de comportamento decorrentes desses valores.

No que diz respeito a Educação para as Relações Étnico-Raciais é um tema que está presente na agenda educacional definitivamente, a partir da aprovação da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, implicando assim, em mudanças na organização do mesmo. Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças: um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

O CEJA entende que a comunidade escolar participativa, consciente e engajada na construção da escola democrática dificilmente estará desatenta, passiva, neutra, reprodutora das práticas sociais que existem fora dos seus muros, ou seja, atravessada

por omissões, exclusões, discriminações, preconceitos de todas as naturezas e por todo tipo de abusos e violação de direitos. É na escola que está a real possibilidade para a instauração de uma nova sociabilidade democrática, e ela na verdade já o faz de forma intencional ou não, por meio das manifestações dos “Outros Sujeitos”, ao criarem “Outras Pedagogias”, conforme destacado por Arroyo (2014).

A Educação para a Diversidade, nesse contexto, visa auxiliar a comunidade escolar na (des)construção de preconceitos, atitudes, valores e práticas sociais discriminatórias e estereotipadas, a partir dos vieses da Educação das Relações de Gênero e Sexualidade e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Educação para o Trânsito: O Art. 1º no § 1º da Lei nº 9.503/1997 descreve que: “Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”. (DCRM, p.53).

No mundo inteiro, busca-se um trânsito seguro com ações de engenharia, educação, policiamento e fiscalização. Todas as experiências em Educação para o Trânsito de crianças, jovens, adultos e idosos objetivam conscientizá-los para conviver no espaço viário e formar cidadãos que respeitem a legislação e não se envolvam em acidentes de trânsito. Não se pode tratar esse tema apenas como um caráter informativo. É necessário que ele faça parte da construção do conhecimento da criança, do jovem, do adulto e do idoso. (DCRB, p.80).

No município de Anguera tem-se um trânsito pacífico tendo em vista o tamanho da cidade, a qual possui algumas faixas de pedestre, mas não sendo necessário o uso de semáforo, sendo o transporte na modalidade alternativa na locomoção para as comunidade e linhas de ônibus nas viagens interurbanas. A sinalização da mesma atende ao que é prescrito pelas leis de trânsito no que diz respeito as vias urbanas. (DCRM, p.53).

Pode-se dizer que o objetivo geral da Educação para o Trânsito é despertar uma nova consciência viária que priorize a prevenção de acidentes e a preservação da vida. Envolve, genericamente, três aspectos: conhecimento, prática e conscientização, sendo necessário que seja dirigida a todas as pessoas, principalmente às crianças e jovens. (DCRB, p.80).

As estatísticas dos acidentes de trânsito e a violência crescem a cada dia, constituindo-se em uma das principais causas de mortes, principalmente entre crianças e jovens. Por isso, é importante orientar as crianças, jovens, adultos e idosos sobre como se comportar no trânsito, quando estão no papel de pedestres ou como ocupantes de um veículo. A Educação para o Trânsito ajuda a todos na compreensão sobre o uso do espaço viário e a conscientização dos seus limites e de suas capacidades.

É nessa perspectiva, que o CEJA busca incutir em seu currículo e disseminar a conscientização e atuação segura no compartilhamento do espaço viário e uma nova abordagem de repensar a prática pedagógica com a construção de aprendizagens significativas para todos.

Saúde na Escola: A saúde, assim como a educação, são direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, que no Art.6º traz:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988).

Enquanto direito, é inerente a todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião ou condição socioeconômica, sendo dever do Estado garanti-la, mediante “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Nesse intuito, o tema integrador Saúde na Escola, em consonância com a situação real do Município de Anguera, logra importância no currículo das unidades escolares Anguerenses, fazendo com que exista o vislumbamento de possibilidades à implementação de estratégias e na proposição de soluções mais adequadas e mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de saúde mapeados no Município, levando em conta, o levantamento feito junto a Secretaria de Saúde do Município de Anguera. (DCRM, p.55).

Segundo dados da Secretaria de Saúde, os problemas que estão no mapa referencial do Município são: Doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco como sobrepeso/obesidade e sedentarismo; violências e causas externas; transtornos mentais; uso abusivo de drogas; doenças do aparelho respiratório; doenças do aparelho cardiovascular; doenças infecciosas. Ainda existem as doenças em decorrência dos determinantes sociais como desemprego, mobilidade urbana,

saneamento básico; neoplasias, lesões e o alto índice de usuários de drogas tornando-se um grande dilema de saúde pública. (DCRM, p.55).

As ações pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais do CEJA tem como base a formação humanística, agenciando situações de aprendizagens contextualizadas que considerem as experiências dos estudantes, como também a elaboração dos seus projetos de vida, os temas da contemporaneidade, os objetos de conhecimento, o desenvolvimento de competências autoras de saúde, como o autoconhecimento, o autocontrole, a autoestima, a autorresponsabilização, a autonomia, a consciência social, entre outros, voltados à formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais que comprometam o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Assim, a comunidade escolar que compõem o CEJA, principalmente pela especificidade dessa modalidade de ensino, serão envolvidos em parcerias com programas de saúde direcionados ao enfrentamento das vulnerabilidades dos estudantes frente às questões de saúde tais como: prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, prevenção e controle da Dengue/Chikungunya/Zika Vírus e outras arboviroses; ações preventivas ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção de hábitos e atitudes saudáveis; saúde sexual e saúde reprodutiva; prevenção de doenças imunopreveníveis, entre outras, contribuindo, assim, para a formação integral dos estudantes.

Educação Ambiental: A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

A Constituição Federal, em seu Art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Brasil, 1988, p. 140). E o fato que marca a inserção da EA na EJA é a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), em seu Art. 9º, inciso V, que estabelece o desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos. A escola, portanto, é um dos agentes fundamentais para a divulgação dos princípios e práticas da Educação Ambiental.

Para a UNESCO (2005, p. 44), “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente”. Tendo em vista a relevância da temática abordada, o currículo anguerense busca contemplar a promoção do ensino voltado para os aspectos que dizem respeito as questões ambientais no âmbito global e local, com a finalidade de formar cidadãos responsáveis e conscientes quanto ao modo de ser e estar no mundo, cultivando bons hábitos, no sentido de melhorar a qualidade de vida. (DCRM, p.57).

Nesse sentido, o CEJA compreender a importância de trabalhar a Educação Ambiental em todos os segmentos da sociedade. De forma mais específica, no alunado da EJA, uma vez que, conforme destaca Guimarães et al. (2008), o público dessa modalidade tem pouca escolarização, pois em algum momento foi evadido da escola formal; vale ressaltar que, em sua maioria, pertence às classes sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental expostas aos preconceitos e desigualdades econômicas. De acordo com Dias (2004, p 523), a EA consiste no processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Assim, a Educação Ambiental está incluída no Projeto Político Pedagógico do CEJA e tem o objetivo de contribuir para a formação integral e cidadã dos(as) estudantes por meio de práticas transformadoras e emancipatórias atingindo todas as suas dimensões no espaço escolar.

Educação Financeira e para o Consumo: O Documento Referencial Curricular da Bahia traz como tema Integrador Educação Financeira e para o Consumo que é o processo que promove a formação e melhor apropriação, pelos estudantes, de conceitos e conhecimentos financeiros nas relações de aquisição e uso racional das vantagens provenientes do trabalho, de maneira a desenvolver um planejamento diante dos gastos e compromissos firmados ao longo de sua vida pessoal, familiar e social.

Na sociedade atual percebemos que o TER prevalece sobre o SER, abrindo-se portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o quê, como e por que consumimos. Neste contexto, o tema integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros

consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, tornar-se protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida. (DCRM, p.60). Segundo Bauman vale ainda esclarecer que:

[...] o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais (BAUMAN, 2008, p. 31).

E, nesse sentido, o autor indica que o consumismo serve como uma forma específica de convívio humano, assim a Educação Financeira deve está presente nas salas de aulas, principalmente nas turmas da EJA, pois os sujeitos pertencentes a essa modalidade já vivenciam em seu cotidiano gastos de natureza familiar, pelo fato de serem trabalhadores.

Nesse contexto o CEJA propõe trabalhar com propostas pedagógicas centradas no aluno como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, despertando e estimulando no aluno da EJA uma cultura empreendedora, na qual o aluno seja capaz de criar suas próprias oportunidades de trabalho e geração de renda, superando obstáculos financeiros, assim como demais desafios que normalmente ocorrem durante a vida.

Cultura Digital: Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no final do ano de 2017 o tema Cultura Digital ganhou ênfase devido às mudanças advindas do avanço tecnológico e do crescente acesso as tecnologias de informação e comunicação além da facilidade de contato aos dispositivos como computadores, telefones celulares, tablets entre outros pelas crianças, jovens e adultos.

Este conceito está relacionado à era digital, originária do ciberespaço e da linguagem da internet que busca integrar a realidade com o mundo virtual. Na introdução de seu livro Cibercultura, Levy apresenta um conceito do ciberespaço:

[...] É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1999. p. 17).

Como afirma Lévy (1999), o ciberespaço é "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores". A partir disso, seria possível identificar a Internet como sendo esse novo meio. Assim, a Internet pode ser vista como parte dessas tecnologias digitais, ou como a infraestrutura de comunicação que sustenta o ciberespaço, sobre as quais se montam diversos ambiente, como a Web, os fóruns, os chats e o correio eletrônico, entre outros. Enfim, o ciberespaço é o ambiente e a Internet uma das infraestruturas.

No âmbito escolar é importante entender e compreender as mudanças ocorridas com o advento da internet, que deram origens aos novos gêneros do discurso e práticas de linguagens próprias da cultura digital. Diante disso, a Cultura Digital está inserida na grade curricular do CEJA de forma ampla e prática na vida social, histórica, cultural, política e econômica dos estudantes da EJA, deixando evidente a importância de se pensar o ensino digital de maneira articulada com as ações e representações sociais a nossa volta.

Nesse contexto, a cultura digital tem grande influência no processo de aprendizado dos jovens e adultos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Por isso o trabalho pedagógico a ser desenvolvido numa turma de EJA requer esforços constantes no sentido de criar atividades contextualizadas, abordando assuntos e temas do cotidiano dos jovens e adultos.

Educação Fiscal: Implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal se deu por meio da Portaria Interministerial nº 413/ 2002 MF/ MEC, com os objetivos de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

A presença da Educação Fiscal como Tema Integrador contribui de forma positiva com os processos de formação integral dos estudantes para que estes possam agir no meio social de maneira consciente quanto aos seus direitos e deveres enquanto cidadão.

No mundo atual, tão cercado por negócios e interesses financeiros, muitas vezes os indivíduos se veem alheios a tais temáticas, por considerar o assunto distante da sua realidade, além do teor burocrático que cercam os procedimentos fiscais. É aí que

se percebe o quanto a maior parte do cidadão brasileiro não está preparado para acompanhar assuntos que influenciam e impactam a própria vida. (DCRM, p.63).

O CEJA, por ofertar uma modalidade de ensino complexa e diferenciada aos jovens e adultos, tem como princípios norteadores realizar projetos pedagógicos objetivando discutir assuntos voltados a Educação Fiscal com a intencionalidade em formar alunos mais conscientes, responsáveis e capazes de reivindicar seus direitos por uma sociedade mais justa, além de desenvolver valores e atitudes, já que as experiências vivenciadas em seu contextodiário contribuem para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades expressas em atitudes que serão refletidas no comportamento social”.

Nessa perspectiva, a Educação Fiscal trabalhada nas salas de aula do CEJA tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes dos alunos influenciando namelhoria dos níveis de qualidade de vida, dos serviços públicos e da efetivação dos seus direitos por meio do conhecimento do tributo e do controle social e, contudo, melhor será a qualidade de sua participação no acompanhamento dos gastos públicos do município de Anguera.

Parte Diversificada: Projeto de Vida

A Parte Diversificada do currículo, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares, identificados na realidade regional e local, que devem ser escolhidos em cada sistema ou rede de ensino e em cada escola. Assim, a escola tem autonomia para incluir temas do interesse da sua comunidade. (BNCC, 2017).

Por meio da construção da proposta pedagógica da escola que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada se integram, a composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e a tecnologia, cultura e as linguagens) com as áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa). (BNCC, 2017).

Com isso a Parte Diversificada na Educação de Jovens e Adultos visa incorporar esta teoria à uma prática pedagógica mais efetiva no que diz respeito a diversidade e a diversificação do conhecimento do discente adulto.

De acordo com TEDESCO, Juan Carlos:

“A inovação, além de exigir uma predisposição pessoal para encará-la, requer modalidades e incentivos que devem estar presentes no modelo de gestão educacional. Nesse sentido, será preciso aceitar que não há uma maneira única de resolver os problemas. Promover a inovação pressupõe aceitar que existe mais de uma solução possível” (TEDESCO, 1995, p. 52).

Deste modo quando existe uma interação no processo educativo, entre professor e aluno, a boa relação pedagógica permite que a dinâmica na aprendizagem possa ser diversificada, pois o educador nesta relação perceberá as necessidades de seu público. Assim a parte diversificada, que já é parte da matriz curricular, poderá ser melhor aproveitada.

Segundo Freire (1995):

“Ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor.”

Em consonância com o pensamento de Freire, a parte diversificada na Educação de Jovens e Adultos contemplará também, o favorecimento do respeito mútuo, buscando sem dúvida, o trabalho com a pluralidade cultural, sendo que o público da EJA por sua vez, também é diversificado.

Considerando o Projeto de Vida como eixo sobre o qual a escola deve organizar suas práticas, torna-se importante compreendê-lo como recurso auxiliar na tomada de decisões para cada etapa da vida do estudante, na busca por satisfação pessoal e no planejamento do seu futuro profissional. (DCRM, p.66).

Nesse sentido, o CEJA em consonância com a Proposta Curricular do município, oferece ferramentas e recursos que auxiliam os estudantes da EJA a entenderem que suas aspirações podem ser transformadas em objetivos concretos. Associando essa reflexão ao desenvolvimento do Projeto de Vida, o CEJA estará agindo na formação de sujeitos preparados para os desafios apresentados pela sociedade, bem como para as oportunidades futuras do mundo do trabalho. É importante salientar que a consolidação dessa prática está prevista dentro do plano de ação formalizado pela unidade escolar.

Em vista disso, relaciona-se Projeto de Vida à identidade dos estudantes, respeitando a diversidade de relações construídas nas inúmeras instituições (familiar, religiosa, educacional, etc.) somatizadas ao longo da sua trajetória de vida. A este respeito, Soares (2002) afirma que:

O projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde num mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado. (SOARES, 2002, p. 76).

Deste modo, busca-se por meio da implementação do Projeto de Vida, fornecer subsídios para que o estudante da EJA possa tornar-se autônomo, colocando em prática conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória escolar e para além dela, reconhecendo seu papel ativo na sociedade e na construção de um mundo melhor para si e para os outros.

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

Perfil da Docência: O papel do docente na EJA é essencial no processo de reingresso dos discentes nas turmas da EJA. Ser docente da EJA não é uma tarefa fácil, pois é essencial ter um olhar aguçado a cada discente, a fim de identificar o potencial de cada um, e buscar meios que possibilitem um crescimento pessoal e profissional. Além disso, o docente precisa compreender bem a realidade diária, entender que esses discentes enfrentam preconceitos, discriminação, críticas, fome entre outros, como também ser flexíveis quando necessário.

Além de tudo, o trabalho do docente precisa ser constituído de relações humanas, e saberes especializados. Para Saviani (1996) os docentes necessitam do saber atitudinal, saber crítico-contextual, saber específico, saber pedagógico, saber didático curricular. Diante disso, embasados nas concepções de Saviani, os docentes devem se apropriar dos documentos oficiais, que direcionam o ensino da EJA no Brasil e no município de Anguera/BA, a fim de desenvolver excelentes práticas pedagógicas.

Desse modo, faz-se necessário os docentes ter acesso constante ao Projeto Político Pedagógico (PPP), ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), e aos planos de curso de cada componente curricular da EJA, ao qual atuam como mediadores. Esses documentos citados prezam por uma educação popular seguindo os princípios de Paulo Freire, em que os discentes são protagonistas de suas aprendizagens, diante das diferentes metodologias ativas.

Na atual sociedade contemporânea, o trabalho colaborativo se faz presente em todos os setores, assim, no âmbito escolar é imprescindível, visto que construímos degraus para o sucesso dos nossos discentes, e isso, só é possível diante de uma equipe unida em prol de um único objetivo, a qualificação dos Jovens e Adultos. Partindo desse pressuposto e dos fundamentos presentes no PPP e no DCRM, os docentes de forma colaborativa necessitam explorar a interdisciplinaridade em suas práticas, visando um trabalho de integração dos objetos do conhecimento, de um

componente curricular com outras áreas do conhecimento, e uma proposta para que isso ocorra, é o planejamento de sequências didáticas abarcando distintas áreas do conhecimento.

Assim, o perfil do docente do CEJA é de grande relevância, pois é este profissional que além de dominar conteúdos, desenvolva a capacidade de utilizá-los como instrumentos para desvendar e compreender a realidade do mundo, dando sentido e significado à aprendizagem. À medida que os conteúdos deixam de ser fins em si mesmos e passam a ser meios para a interação com a realidade, fornecem ao aluno os instrumentos para que possa construir uma visão articulada, organizada e crítica do mundo.

Perfil do Estudante: Os Jovens e Adultos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) a maioria pertencem a famílias que estão em estado de vulnerabilidade social, e sobrevivem de programas do governo federal, a exemplo, bolsa família, auxílio Brasil, PAB (Programa Alimenta Brasil), benefício de prestação continuada (BPC), como também de programas sociais instituídos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, tais como: o auxílio aluguel, auxílio alimentação, programa moradia melhor, auxílio natalidade, entre outros.

O público do CEJA é oriundo da zona rural e zona urbana do município, os discentes da zona rural chegam à escola por meio do transporte escolar, e alguns são agricultores, como também temos discentes que moram na sede do município e são agricultores, mas muitos jovens que frequentam são da sede e trabalham no comércio local, e outros são desempregados e vivem a mercês da marginalidade. E os mesmos como são menosprezados pelos poderes públicos não possui livro didático, e isso inviabiliza nos estudos, assim, os docentes buscam meios para substituir esse vazio.

No século XXI, o mundo tecnológico eclodiu em todos os âmbitos, mas na EJA ainda temos alunos que não estão inseridos nesse mundo, pois muitos são adultos e não tem habilidades em manusear ferramentas como celular Smartphone ou computador. Mas os jovens do CEJA em sua maioria possuem celular Smartphone e eles utilizam como recurso didático pedagógico quando necessário, e eles relatam que usam internet do vizinho ou de algum setor público da comunidade.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

Atualmente, a educação escolar brasileira está organizada em dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Básica é formada por três etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, a etapa ofertada no CEJA é o Ensino Fundamental anos Iniciais do (1º ao 5º ano) e anos Finais do (6º ao 9º ano), para os sujeitos de 15 a 17 anos de idade, por meio de atividades educativas própria do sua faixa etária com base nos aspectos de princípio lógicos e teórico-metodológicos, em diálogo com as várias adolescências, respeitando seu tempo/espço. O ensino fundamental também se estabelece para os maiores de 18 anos, levando-se em consideração as características e aspectos da condição de vida e trabalho da juventude e adultez, bem como para os idosos, compreendendo todo Ensino Fundamental e sobretudo fortalecer sua formação ao longo da vida.

A Portaria SEC Nº 02/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir aos estudantes:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;*
 - III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*
 - IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.*
- (Artigo 13, Portaria SEC Nº 02/2020).*

Na oferta do Ensino Fundamental, o CEJA assim com as escolas da Rede Municipal tem o currículo fundamentado no DCRM, promovendo a oferta dos componentes da Base Nacional Comum, inserindo, de forma transversal, conhecimentos locais e regionais que contemplam a parte diversificada. Especificamente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, será introduzido o componente curricular diversificado ‘Empreendedorismo Local e Regional’. (DCRM, Página 106)

4.1.1. Anos Iniciais

O Ensino Fundamental Anos Iniciais é uma base para as etapas seguintes da formação educacional, essencial para o desenvolvimento completo dos estudantes e

deve considerar os interesses e necessidades das crianças, jovens e adultos no processo de desenvolvimento das aprendizagens (escrita, leitura e cálculo), a percepção dos valores pessoais e sociais, a compreensão de solidariedade, tolerância, vínculos familiares e comunitários, bem como à ampliação da visão de mundo, tendo como referência o local de vivência.

A cada dia, temos mais velocidade de comunicação, das relações de mudanças de cenário, de conhecimento, de aprendizado. Esta alteração nos obriga perceber que as mudanças que estão ocorrendo, de maneira a reorientar o nosso processo de trabalho [...]. (CORTELLA, 2014, p. 18).

Assim, é fundamental desenvolver uma prática educativa de qualidade nos Anos Iniciais, comprometida com o direito ao pleno desenvolvimento humano, levando em consideração o trabalho pautado na ampliação e consolidação das aprendizagens, respeitando as especificidades de cada criança, jovem e adulto nessa etapa educacional. (DCRM, página 107)

Nos anos Iniciais do Ensino Fundamental do (1º ao 5º ano), o aluno já deve ter se apropriado no sistema alfabético por meio de prática do letramento, no CEJA planejamos e desenvolvemos atividades com metodologias ativas baseadas no documento oficial que norteia a base curricular do município com prática de mobilização e ampliação a ser promovida dentro da sala de aula com a finalidade de garantir a aprendizagem dos alunos, por meio dos temas geradores, subtemas e os objetos de conhecimentos destinado para cada etapa letiva. Em relação aos alunos do 3º ao 5º ano que não foram alfabetizados novas estratégias e mobilizações devem ser tomadas para garantir a as habilidades na leitura e escrita e em todas as fases do processo de aprendizagem.

Os documentos de organização curricular do município de Anguera em sua efetivação no CEJA podem ser mobilizados e viabilizados em diálogos permanente entre professores, supervisão e coordenação pedagógica nas socializações e planejamentos levando em consideração a diversidade cultural, local e social da vida do aluno e seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, alinhando ao objeto de conhecimento desenvolvido em cada disciplina, com a possibilidade de contribuir para a formação humana integral dos alunos.

Dessa maneira as proposições curriculares podem favorecer aos alunos do CEJA na construção e ampliação de conhecimento, saberes, fazeres e valores. Uma vez que a construção do processo de ensino e aprendizagem pode ser observada nas tertúlias

dialógicas e literárias, atividades em grupo e de campo, apresentação de seminários e em outros tipos de atividades. Assim, a articulação e entretecimento do ensino aprendizagem e a avaliação formacional da vivência escolar do aluno acontecem por meio de frequência ativa na participação das aulas e o retorno das atividades proposta pelo professor.

4.1.2. Anos Finais

Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em vigor desde o ano de 2017, e com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o município de Anguera apresenta o seu Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), aprovado e regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação através da Resolução CME Nº 01, de 31 de Março de 2022. O (DCRB) é a “pedra angular” que orientar a conduz a educação em todos os níveis de ensino no município inclusive a Educação de Jovens e Adultos, neles encontram-se orientações que auxilia nas reflexões sobre o processo de transição entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental em todas as disciplinas.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano) tem como premissa básica, a consolidação das múltiplas competências do Ensino Fundamental, de forma a assegurar aos alunos a promoção ao Ensino Médio. É importante pensar a transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental como um momento ímpar para oferecer ao educando amparo acolhedor, afetivo e emocional, garantir integração e continuidade dos processos de aprendizagem, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas dentro do percurso escolar que vivenciam.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Há que superar os problemas localizados na passagem das séries iniciais e as das finais dessa etapa, decorrentes de duas diferentes tradições de ensino. Os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais. (BRASIL, 2013, p. 120).

Além dessa questão de transição, outro ponto pertinente nos anos finais é a avaliação, já que ela constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na unidade escolar, intrínseco à construção da sua autonomia, pois ela fornece subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade de ensino. E preciso pensar nas formas de avaliar, e como avaliar. No CEJA

a avaliação dos anos finais acontece mediante a cada componente curricular, nas interações e comportamentos dos alunos durante as aulas (qualitativo), avaliações escrita com questões objetivas e subjetivas realizada ao final de cada etapa letiva, nesta perspectiva para o público do CEJA, a avaliação por componente curricular é a mais condizente.

Na proposta curricular do município as competências pontuadas para cada componente curricular têm por objetivo contemplar as habilidades do aluno em cada área de conhecimento, planejada nas atividades complementares pelos professores, didaticamente organizada e desenvolvida na sala de aula para assegurar o processo de ensino e garantir a aprendizagem.

Segundo o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) do município de Anguera a parte diversificada do currículo respeita e valoriza as características locais e regionais, complementando e enriquecendo a Base Nacional Comum Curricular. Possibilita a abordagem na escola de diversos saberes historicamente construídos pelas gerações no meio em que o aluno vive.

Se a história local for vista como estratégia pedagógica propiciará maior inserção na comunidade criando historicidades e localizando professores e alunos dentro da História. Esta postura valoriza o processo de lutas e conquistas sociais dos grupos de referência dos educandos e comunidade, além de fazer perceber a existência de diferentes visões sobre os acontecimentos cotidianos e fazer diversas leituras de mundo. (NIKITIUK, 2000, p.161-162).

Nessa perspectiva a parte diversificada do (DCRM) desperta nos estudantes do Ensino Fundamental anos Iniciais e Finais a compreensão de que cada aluno traz uma história de vida, seus conhecimentos e suas experiências de mundo, a partir da realidade que o cerca.

4.1.3. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

Em 2019 foi divulgada a resolução CEE nº 137/2019, que estabelecia normas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em toda rede de ensino da Educação Básica do Estado da Bahia. Embasados nessa resolução, a partir do ano letivo de 2020 o município de Anguera/BA iniciou a implementação da BNCC em toda rede de ensino. No início do ano letivo de 2022 aconteceu a homologação do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), na qual normatiza toda a Educação Básica do município.

O organizador curricular do município de Anguera/BA da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) está estruturado para apresentar as aprendizagens essenciais, por cada segmento. Para cada campos de experiências, escolheu-se os temas geradores e os subtemas, na qual com base na BNCC e no DCRB foram elaboradas as habilidades específicas que são identificadas por códigos alfanuméricos, como também as competências específicas para cada componente curricular, e os objetos de conhecimento.

O DCRM do município assegura a parte diversificada da modalidade de ensino da EJA, por meio da interdisciplinaridade e transversalidade em todos os componentes curriculares, proporcionando um currículo vivo. Para isso, os docentes do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) precisam planejar articulando explorar as potencialidades locais e regionais, a fim de contribuir significativamente com o ensino-aprendizagem dos estudantes. Além disso, os docentes devem se apropriar dos temas integradores enfatizados no DCRM, visto que, eles são de extrema importância na atualidade, e o novo cenário educacional exige uma interligação dos conhecimentos locais e regionais com as áreas do conhecimento.

Nesse sentido, é necessário que os docentes do CEJA tenham um olhar aguçado aos seguintes temas integradores: Educação e direitos humanos, Educação para a diversidade, Educação para o trânsito, saúde na escola, Educação ambiental, Educação financeira e para o consumo, Cultura digital, Educação fiscal. Através desses temas integradores, os docentes juntamente com o coordenador (a) pedagógica podem articular e executar projetos pedagógicos, visto que auxilia no entendimento de determinados objetos de conhecimento por meio de diferentes temáticas.

O DCRM, por sua vez preconiza que:

[...] os objetos de conhecimento sejam tratados de forma contextualizada, abordando assuntos que contemplem saberes locais e regionais, contemplando assim a inserção dos Temas Integradores previstos pelo currículo. Orienta-se, por exemplo, a realização de projetos pedagógicos com o foco na realidade do meio em que o aluno vive. (DCRM, 2022, p. 394)

Corroborando a ideia do DCRM existem inúmeras possibilidades de projetos que visam resultados significantes, por exemplo, a agricultura familiar, o esporte, a questão do lixo, a cultura da região, o empreendedorismo local, a expressão de identidades, a qualidade ambiental, a sustentabilidade, a Associação Manoel Cajazeiras, entre outros. Nessa perspectiva, o CEJA em consonância com o DCRM, visa implementar Projeto

de Vida no contexto escolar e no percurso de cada estudante, promovendo a esperança de um futuro melhor e próspero.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;

Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado. Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve

favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;
Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;
Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;
Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;
Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;
Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;
Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;
Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;
Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;
Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional

Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as

especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC, 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela 1995.p.34) afirmam que:

[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado,

disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”. E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

*A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.*

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização. O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante,

pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille
- ✓ Técnicas de Soboran
- ✓ Orientação e Mobilidade
- ✓ Educação Física Adaptada
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o

mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2. A Política De Educação do/no Campo

5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mais especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

O CEJA compõe o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, apesar do CEJA está localizado na sede do município de Anguera uma parcela dos seus educandos são advindos da zona rural, constituindo-se enquanto escola.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno do CEJA, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para a nossa comunidade escolar com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária.

Logo, o campo precisar ser visto e valorizado também a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas

como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o desenvolvimento dos educandos e consequentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato a formação dos sujeitos do campo, aliando ensino e valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso fazer pedagógico, mas buscamos inserir também junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos educandos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si próprio e ao espaço que ocupam.

Dessa forma, aqui no CEJA, buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local através das atividades lúdicas e contextualizadas, por meio dos jogos, brincadeiras típicas da região, parlendas, adivinhas, cantigas (roda, das batatas de feijão e milho, etc.), histórias locais vinculadas à religiosidade, às lendas rurais e ao folclore e entre outras.

Além disso, colocamos nas rodas de discursões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e

valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente todos os moldes e as especificidades teóricas e metodológicas, temporais, avaliativas e entre outras que configuram de fato a Educação do/no Campo. Porém, de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera-Ba, bem como a partir das vivências experienciadas no contexto educacional estamos caminhando em direção a uma educação capaz de contribuir com a formação integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizados e desvalorizados por fatores historicamente arraigados.

De tal modo, acreditamos que a Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos de conhecimento colocados em voga no atual contexto, carecemos de ir além, de imergir cada vez mais nas dimensões sociais, históricas e culturais dos nossos educandos, para que estes possam se apropriar das suas singularidades e pluralidades com orgulho.

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do/no Campo

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, pois propaga os diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo. Desse modo, a Educação do/no Campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, as instituições e os sujeitos que lhes da forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

Nessa perspectiva, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;

II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;
IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;
V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;
VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e
VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola.
(BAHIA, 2015, p. 2).

Como sabemos, a Educação do/no Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente, assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo, bem como suas contribuições formativas no que concerne a manutenção da vida em sociedade mediada pelo trabalho em regime de colaboração.

Pregamos a articulação entre o desenvolvimento de um ensino fundamentado na articulação entre os objetos de conhecimento prescritos pelos documentos referenciais e princípios acima, buscando articular os ensinamentos de modo que estes sejam aplicados na vida e pra manutenção da vida, com a intenção de torná-los críticos e consciente de sua própria identidade, buscando romper com as ideias preconceituosas, com a falta de respeito aos sujeitos do campo, com suas origens e histórias de vida construídas com tanta sabedoria e esforço.

Diante do exposto, entendemos que cada estudante é um ser único com suas particularidades, assim buscamos por meio das nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e da construção do nosso plano de ação, visamos ampliar os diálogos e elaborar projetos de conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

Tendo em vista a importância das lutas travadas ao longo dos anos e das conquistas até aqui alcançadas primamos pela construção de um currículo pautado na

valorização dos saberes locais, na emancipação dos sujeitos do campo, nos aspectos que enaltecem o trabalho do campo na construção de valores e nas particularidades que cercam o universo rural, colocando em voga os elementos que fundamentam.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39), prega que:

O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.

Com base no princípio acima, nossos docentes costumam aplicar atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso Projeto Político-Pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam (re)pensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados no CEJA, buscando apreender teoria e prática ao contexto da Educação do Campo:

- 1- Nosso espaço pedagógico amplia-se para além da sala de aula, pois realizamos atividades na área externa, na sala de leitura associando as competências e habilidades prevista pela BNCC aos conhecimentos locais, aos saberes regionais, as crenças locais e a cultura predominante do contexto rural, no qual nossos educandos estão inseridos;
- 2- Ao elaborar as atividades articulamos os objetos de conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno, dos quais emanam nossos educandos;
- 3- Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concernem sobre os direitos e deveres bem como a fundamentação da Educação do Campo para que nossos jovens refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além, formando sujeitos questionadores e participativos;
- 4- Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmos busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que sigam lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;
- 5- Construir efetivamente, com todos os docentes, outras formas de planejar, propor e executar as atividades com o intuito de gerar novas possibilidades e inovar;
- 6- Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, do nosso município de Anguera e a BNCC, sempre organizando e adequando nossas práticas educativas e atividades às particularidades locais e regionais;
- 7- Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento, além de fomentar discussões em torno da crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;

- 8- Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o objetivo de que esta ação desague nas vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar. Para anteder a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- 1- Acolhimento dos pais/responsáveis, mesmo na modalidade da EJA onde na maioria das vezes o próprio aluno é o seu responsável, para informar acerca da importância da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos, dentro de suas possibilidades, pois temos responsáveis analfabetos e, portanto, não conseguem orientar seus filhos no desenvolvimento das atividades, mas orientamos que os mesmos o acompanhem e incentivem seus filhos, pois o apoio da família é fundamental em qualquer circunstância;
- 2- Oferta de Oficinas sobre o plantio, o cultivo, o manejo com a terra, trabalhando com rótulos e embalagens, esclarecendo sobre os aditivos químicos, os danos que os mesmos podem causar ao meio ambiente, com vista na alimentação cotidiana;
- 3- Visitas e entrevistas juntos aos órgãos públicos municipais que fomentam a manutenção da agricultura familiar em nosso município, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento do meio Ambiente e da Agricultura e da cooperativa da produção familiar de Anguera;
- 4- Fazer o resgate das práticas de mutirão na época de colheita, batatas de feijão e milho, construção de casas, etc.– trazemos pessoas da comunidade para dar depoimento na escola;
- 5- Promover a inserção das expressões locais próprias, fazendo análises dentro das gerações, estabelecendo a diferença da linguagem formal e informal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens, informando sobre o preconceito linguístico para que não aceitem tal eventualidade;

- 6- Trabalhar com a concepção de Mercadinho, distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo acerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, etc.;
- 7- Esclarecer acerca da questão do Trabalho, da sua importância, relacionando ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com os dados da cidade;
- 8- Resgatar os talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, contadores de histórias convidando-os para a escola, buscando valorizar as datas festivas;
- 9- Realizar práticas agroecológicas com o apoio da horta presente em nossa escola, da comunidade, da Secretaria de Desenvolvimento do nosso município, além de suscitar questões sobre a recuperação do solo.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da Educação do Campo do CEJA, buscamos trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

5.2.4 Avaliação da aprendizagem

O ato de avaliar transcende a mera obtenção de dados positivos ou negativos com a intenção de qualificar os estágios de desenvolvimento da aprendizagem dos educandos ao realizarem determinado tipo de avaliação. Pois, entendemos que avaliar parte do pressuposto da obtenção do conhecimento acerca das especificidades dos nossos educandos para que possamos criar possibilidades e meios de intensificar seus pontos positivos e sanar seus déficits educacionais.

Assim, destacamos a nossa preocupação em avaliar os nossos educandos advindos do campo, levando em consideração seus conhecimentos, valorizando seus saberes, não somente os saberes construídos em sala de aula, mas buscamos incluir também os conhecimentos provenientes de suas vivências experienciadas em meio as demais instituições (familiar, social, religiosa, etc.). De acordo aos princípios preconizados por Paulo Freire.

Como já foi mencionado anteriormente, o CEJA atua com os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, assim, propomos durante o ano letivo atividades pedagógicas e avaliativas adaptadas conforme as demandas da nossa comunidade escolar, pois além de tratar dos assuntos concernentes aos objetos de conhecimento descritos pelos documentos referenciais curriculares, buscamos inserir os conhecimentos que competem a região na qual nossa escola e os nossos educandos se localizam, para que estes tomem conhecimento acerca do seu contexto social, histórico, econômico, político e cultural.

Nesse sentido, buscamos ampliar a nossa concepção em relação a conceitualização do Campo com base no pensamento de Fernandes (2004, p. 137), enfatizando que o mesmo é um:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas [...].

Fundamentados na concepção acima, buscamos trabalhar com os diversos tipos de atividade e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas, criação de vídeos, observação, entrevistas, realização de trabalhos em grupos, dramatizações, leituras individuais e coletivas, desenvolvimento da criatividade, avaliação por pares, site da secretaria de educação, aplicativos com atividades por meio de quiz e jogos com o intuito de inovar e despertar o interesse, testes, provas, entre outras.

Estruturalmente, dividimos o ano letivo em três etapas (Trimestrais) e ao longo das etapas, são aplicadas avaliações escritas (atividades diagnósticas, testes, provas, atividades avaliativas, pesquisas e trabalhos escritos e orais).

De modo geral, nosso objetivo é instrumentalizar os nossos educandos através das diversas metodologias disponíveis com o intuito de torná-los autônomos e qualificá-los no que tange ao desenvolvimento social e cognitivo. Além disso, o ato de avaliar aqui no CEJA, busca conciliar os saberes de mundo dos nossos educandos ao saberes demandados pelos currículos referenciais que norteiam o nosso trabalho educacional, de modo que o educando possa ter uma formação integral, no sentido de se desenvolver enquanto ser humano, enquanto sujeitos sociais em transformação com o mundo e para o mundo como bem enfatizou Paulo Freire (2021).

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Consequentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Soares (2002) descreve cada uma das funções da EJA, esclarecendo o que se encontra no Parecer 11 (Brasil, 2000, p. 34-41).

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura de canais de comunicação (p. 38). (...) Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora.

Nesse sentido, para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, é preciso ter a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma.

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) guarda na sua gênese o vínculo com a educação popular, ficando, por muito tempo, compreendida como uma ação destinada a determinados grupos sociais, assim como, associava-se a intervenções educativas geradas por ações políticas e projetos de temporalidade definida. Assim como citado neste documento esta modalidade de ensino foi ofertada no município de Anguera no ano de 2009, e a denominação (EJA) ao longo dos tempos passam por alterações conforme a necessidade municipal local que tange a educação, atualmente denominada como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

O Parecer CEB Nº 11/2020, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 10/05/2020, considera que a EJA tem como concepção o resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, causada pela formação hierárquica da sociedade brasileira historicamente excludente.

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenha sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2020, p. 5).

Partindo dessa premissa, a EJA ofertada na rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho. Nesta concepção, a rede Municipal de Ensino de Anguera orienta a abordagem de temas transversais no planejamento escolar. Nessa tendência, os temas abordados se tornam geradores de aprendizagens, a partir de procedimentos pedagógicos investigativos, incentivados pelos docentes aos estudantes.

[...] É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores (FREIRE, 2005, p. 101).

Dessa forma, para melhor compreender os sujeitos da EJA que fazem parte do CEJA, alguns questionamentos são pertinentes e imprescindíveis às descobertas desta modalidade de ensino: Quem são estes alunos? Quais são suas experiências? Que fatos históricos estão vivendo no momento? Como eles aprendem? Desta forma, é possível compreender a necessidade de se debater sobre questões que envolvem a EJA tal como a ação do professor a fim de que ao aluno seja possível entrar em contato com o que lhe possibilite modificar a conduta em função dos seus objetivos.

Várias são as concepções que giram em torno da constituição da EJA desde a sua primeira iniciativa na década de 40 até os dias deste novo século quando se vivem todas as perplexidades, desafios e incertezas que o acompanham, principalmente advindos do contexto pandêmico.

5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

No CEJA, a política de educação aos jovens, adultos e idosos realizam desafios resgatando compromisso histórico e cultural da sociedade anguerense contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentada na construção e exigências legais definidas na proposta curricular.

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à

educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Contudo, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Em linhas gerais, o CEJA é orientado pelos documentos oficiais da EJA orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Desse modo, Saltini (2008) aponta que:

A educação abre caminhos e tornando-se gente, o indivíduo qualifica-se como um ser social pronto para contribuir para o seu país e também para a sociedade. Um ser livre que busca, critica, renova, entende, pensa e possui estrutura necessária para integrar-se à sua família e ao seu Estado. Enfim ele é um ser que se relaciona em cooperação e desafios principalmente em competições. (SALTINI, 2008, p. 29).

Com a necessidade de concluir seus estudos jovens e adultos que mesmo dedicando grande parte do tempo ao trabalho durante o dia, fazem a opção de estudar a noite. Assim como afirma Saltini, por meio do estudo a educação no (CEJA) possibilita novos direcionamentos para vida dos indivíduos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que, trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Em seu Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

- ✓ Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;
- ✓ Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que: Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Ainda como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

5.3.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) do município de Anguera/BA, é imprescindível a importância de um currículo diversificado para todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA, objetivando formar cidadãos aptos a serem agentes de transformação social. Em consonância com o DCRM a

regulamentação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com a portaria 013/2010 do município de Anguera orienta:

Art. 3º - A proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos baseia-se na especificidade dos tempos humanos da juventude e da fase adulta.

§ 1º - A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. § 2º - A Educação de Jovens e Adultos se orienta pelos ideários da Educação Popular: formação social, política e profissional.

Dessa forma, aqui no CEJA, a concepção de ensino da EJA parte do princípio na perspectiva da educação popular, pois em sua essência ela tem operado transformações metodológicas muito significativas. Uma vez que a concepção tradicional da EJA assume um significado compensatório, assentado em uma visão preconceituosa sobre os jovens e adultos das classes populares, as práticas bancárias na EJA têm sido marcadamente prescritivas, mecânicas, repetitivas, autoritárias e, por vezes, infantilizadoras. Ao contrário disto, a educação popular pugna pela valorização das experiências de vida e dos saberes dos jovens e adultos, pelo diálogo entre educador e educando, pela relação entre os saberes científicos e populares, pela adoção de metodologias ativas, críticas, criativas, investigativas e problematizadoras.

Nesse sentido, a fim de explorar melhor algumas dessas questões, é importante destacar três diretrizes pedagógicas freireanas que devem ser adotadas na EJA: a pesquisa, o diálogo, a problematização.

A pesquisa na EJA, como em outros níveis e modalidades de ensino, é preciso que o educador tenha uma postura de pesquisador e incorpore a pesquisa como um princípio estruturante do trabalho pedagógico.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire define a pesquisa como um dos saberes necessários à prática educativa libertadora.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

A pesquisa pode também mobilizar propostas pedagógicas na EJA que levem os educandos a assumirem posturas mais ativas na construção do conhecimento. Estratégias que incentivem os estudantes a pensar, a produzir conhecimento e a elaborar hipóteses sobre a realidade devem ser estimuladas, tais como pesquisas de

campo, seminários, levantamentos bibliográficos e documentais, construção do próprio material didático, etc.

O *diálogo* é uma categoria central em toda a produção intelectual de Paulo Freire. A perspectiva dialógica gera uma crítica ácida ao que Freire (1987) chamou de educação bancária, que, fundamentada na teoria antidialógica da ação, não oferece possibilidades aos educandos de se expressarem, logo, seus conhecimentos e suas culturas são também negados. Na educação dialógica, ao contrário, o saber não reside unicamente no professor, porque a compreensão crítica da realidade social nasce da comunicação, do encontro entre sujeitos que buscam juntos a razão de ser dos fatos.

A *problematização* é outra categoria do universo pedagógico e metodológico de Freire, relacionada ao esforço conscientizador, é a problematização, entendida como “a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (FREIRE, 1987, p. 57).

Por isso, a tarefa do educador, ao invés de ser a transmissão do conhecimento já produzido, é a de problematizar com os educandos o conteúdo que os mediatiza (FREIRE, 2011).

Nessa perspectiva os educadores do CEJA vem desenvolvendo propostas pedagógicas de acordo com Temas Geradores e Subtemas que conduzem seus educandos a problematizarem a realidade em que vivem, contribuindo, deste modo, para um processo de conscientização forjado na luta pela justiça social, pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças.

5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

No CEJA estas Diretrizes são destinadas aos educandos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda:

- as especificidades de tempo e espaço para seus educandos;
- o tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e
- a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Nesse mesmo contexto, a educação de jovens e adultos foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 9 de janeiro de 2001, pelo Governo Federal.

Em relação aos indicadores da avaliação, segundo Minayo “eles são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção”. (MINAYO, 2009, p. 87).

Nesse sentido os indicadores educacionais são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Tais ferramentas são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas

voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (FREIRE, 1996, p.65).

No CEJA os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas realizadas pelos professores com as metodologias na forma de como ensinar e como o aluno aprende, considerando as diferentes formas de vidas e conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo. Assim como afirma Freire na citação acima avaliar e conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

No século XXI estamos vivenciando a era digital, com uma evolução incontestável. Durante a crise sanitária do novo coronavírus a tecnologia foi a única maneira que encontramos para nos manter conectados em comunicação, e isso tornou a única forma possível em diversos setores, principalmente na Educação, onde passamos a ter aulas remotas, ou seja, online. Diante disso, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCIs) tem proporcionado à sociedade uma espécie de mistura entre a presença física e a presença à distância, estabelecendo uma conectividade de mundo, ultrapassando as fronteiras, e isso tem se caracterizado como uma “Sociedade em Rede”.

Hoje, graças à complexa tecnologia dos meios de comunicação, o que acontece a milhares de quilômetros faz parte da nossa experiência cotidiana. Ambientada pelas tecnologias da comunicação, a sociedade atual vive em vários lugares simultaneamente, uma espécie de amálgama entre presença física e presença a distância.(DCRB)

5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica

O mundo tecnológico expressa uma mudança, principalmente no âmbito educacional, assim, é pertinente que o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), institua ações de cunho digital como recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o

Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros documentos. Nesse sentido, Silva e Anacleto ressalta que:

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado. (SILVA; ANECLETO, 2019, p. 129)

Desse modo, o CEJA precisa inserir os jovens e adultos na cultura tecnológica, por meio de ambientes inovadores que aproximem os alunos a essa nova realidade, implementando o uso de recursos pedagógicos, a fim de proporcionar um ensino-aprendizagem de qualidade.

O uso de tecnologias no sistema de ensino passou a ser obrigatório, visto que existem leis que asseguram. Em 2021 foi instituída pelo governo federal a Lei Nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que direciona a tecnologia como uma ferramenta primordial para o ensino da Educação Básica. Assim, enfatizamos o Art. 2º desta lei:

A Política de Inovação Educação Conectada visa a conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.

Diante disso, a tecnologia deve ser inserida como recurso didático na Educação Básica das escolas públicas, e o CEJA irá adotar TDCIs como metodologia de ensino, nas diversas práticas desenvolvidas pelos docentes.

Atualmente, estamos vivendo uma revolução tecnológica, em todos os setores, seja na indústria, na saúde, no comércio, na educação, entre outros. Contudo, em relação à educação, esse momento exige novas escolas e docentes capacitados, que exerçam sua verdadeira função, possibilitando aos discentes a construção do conhecimento. Corroborando essa ideia Libâneo (2011) afirma que no mundo moderno, contaremos com novas escolas, em que os docentes assumem o papel de mediador e os estudantes protagonistas do seu aprendizado.

A inovação tecnológica representa a adoção de ferramentas eficientes que podem impactar positivamente no ensino-aprendizagem dos estudantes, uma vez que, colocada em prática, ela pode despertar interesse dos estudantes em participar das diversas propostas pedagógicas. Porém, alguns docentes precisam superar os inúmeros desafios que surgem diante da profissão. Para Libâneo (2011) um destes desafios é o manuseio das diversas tecnologias existentes, e isso dificulta a inserção

das novas tecnologias de informação e comunicação em suas aulas. Assim, nos dias atuais é fundamental os docentes participarem de formação continuada, especialmente sobre inovação tecnológica, visto que é imprescindível para sua atuação.

Além de tudo, alguns estudantes jovens e adultos apresentam obstáculos relacionados a essa questão, em razão de muitos adultos não serem familiarizados com o mundo tecnológico. E após um diagnóstico na referida unidade escolar, os dirigentes devem proporcionar aos estudantes capacitações, com a finalidade de promover a acessibilidade às novas tecnologias.

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

A aprendizagem para se consolidar enquanto processo significativo na vida do educando deve incluir diferentes metodologias e fazer uso de recursos que facilitem esse processo.

Novas metodologias envolvem também o uso recursos tecnológicos como forma de garantir a uma das competências gerais mencionada na BNCC:

Dessa forma a Cultura Digital visa compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC)

Esta visão também é considerada no Documento Curricular Referência Bahia (DCRB):

As tecnologias de conectividade contemporâneas abriram um campo de possibilidades de interação, cada vez mais desenvolvido e expandido, a partir do qual são inauguradas novas formas de estar em comunidade. (DCRB, p.91).

Ao dialogar com estes documentos o Projeto Político busca assim organizar a prática docente, promover iniciativas que facilitem a vida dos alunos em suas necessidades escolar, na preparação para o mundo do trabalho ou mesmo em ações do seu cotidiano. Para tanto, algumas alternativas serão planejadas junto a Secretaria de Educação.

- ✓ Aceleração e incorporação de tecnologia e inovação em nossas escolas, conforme prevê Política Nacional de Inovação Educação Conectada que tem por

objetivo apoiar e a universalização de acesso à internet e fomentar o uso da tecnologia digital na educação básica.

- ✓ Formação de professores para uso das ferramentas digitais;
- ✓ Laboratório de informática;
- ✓ Recursos adequados para professores voltados para as atividades que envolvem o uso das tecnologias; entre outras.

O Plano Nacional de Educação institui metas que envolvem o acesso e uso dos recursos tecnológicos considerando estes como elementos importantes na formação básica do estudante.

A meta cinco do Plano Nacional de Educação prevê:

5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5. Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

Dada a realidade enfrentada nas escolas, assim como no CEJA, a inovação tecnológica requer a construção de políticas de tecnologia educacional, os principais atores do sistema educacional (professores, equipes gestoras da escola e gestores das Secretarias de Educação) precisam estar preparados, cientes de que a tecnologia contribuirá para o aperfeiçoamento do ensino e melhor organização do trabalho da gestão escolar.

5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica

Deve se destacar a importância da presença do Estado no que diz respeito ao oferecimento de condições para que a inovação tecnológica chegue até as escolas. Com base no previsto na Constituição Brasileira,

DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Cientes de que a sociedade está passando por mudanças e que a inovação tecnológica constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento de novas habilidades e competências, caracterizando-se como recurso indispensável para o acompanhamento da evolução social, é importante salientar que diante da realidade ainda enfrentada em nossas escolas, e que o uso destes recursos ainda não faz parte da realidade no nosso ensino é preciso buscar mecanismos e estratégias para inovar em sala de aula através de práticas que possibilitem o interesse dos nossos alunos, dessa maneira as aulas do CEJA utiliza estratégias, tais como:

- ✓ Aula de campo
- ✓ Jogos matemáticos
- ✓ Pesquisas
- ✓ Explorar os recursos multimídias aos quais o aluno tem acesso a exemplo de TV, rádio, celular, etc.
- ✓ Sala de aula invertida, entre outras.

5.5. A Política de Assistência Estudantil

5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

Promover assistência ao estudante significa possibilitar-lhe condições básicas de acesso e permanência na escola, não basta oferecer espaço físico e professores. Sendo assim, assistência estudantil é compreendida como política educacional direcionada ao estudante, tem como objetivo oferecer condições de acessibilidade a aprendizagem escolar, A assistência ao estudante visa promover meios que garantam uma educação de qualidade de modo a contemplar o aluno em suas diferentes necessidades, possibilitando-lhe o seu desenvolvimento integral. Como exemplo podemos citar o transporte escolar, a merenda, materiais didáticos, entre outras.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Instituído pelo Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tem sido garantido aos estudantes desta unidade de ensino por intermédio do município de Anguera. Nas escolas, localizadas na área rural têm seus alunos em sua

maioria residentes em áreas distantes da escola, sendo estes assistidos pelos programas de transporte escolar conforme o previsto em lei.

A Lei nº 9.394/96, LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição.

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de: ...

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

Para garantir que os estudantes tenham acesso ao CEJA a equipe escolar em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Anguera vem desenvolvendo algumas estratégias nesse sentido: O mapeamento é realizado tendo em vista a localização de estudantes que moram distantes da escola, buscamos identificar a localidade onde moram, distância, quantidades, séries que estudam ou devem estudar e assim juntos, outra ação é a realização de reuniões no início do ano letivo com pessoas da comunidade e motoristas que trabalham. levantamento articula-se junto a Secretaria de Educação maneiras de atender e contemplar o alunado de modo que todos possam chegar a escola em tempo hábil e retornar para seus lares e de forma segura.

É importante salientar que não basta apenas garantir o acesso dos jovens e adultos no CEJA é preciso, principalmente, garantir a permanência, Nesse sentido, o CEJA realiza constantemente a BUSCA ATIVA (monitoramento dos alunos do CEJA realizado através da matrícula e frequência escolar) com o objetivo primordial de ir na residência dos alunos (localizadas na zona rural ou na sede do município) que por diversos motivos deixou de frequentar. Essa busca é realizada por meio de visitas buscando dialogar com a família a as vezes com o próprio aluno, ou através de ligação telefônica, envio de mensagens, entre outros. Buscando.

A busca é feita pela equipe gestora do CEJA em parceria com o *Projeto Amo Minha Escola*, projeto composto por assistente social, educador físico e psicóloga, com ações que proporcionam o bem estar no aluno despertando o prazer em permanecer no ambiente escolar, e assim combater a evasão.

A escola busca manter e alargar o entrosamento com toda comunidade escolar a fim de dialogar sobre questões como, violência doméstica, subnutrição, abusos, trabalho escravo, drogas entre outros assuntos, e através do diálogo poder detectar possíveis casos. Quando algumas situações reais chegam ao conhecimento da gestão escolar, busca-se contato mais direto com as pessoas envolvidas.

O acompanhamento pedagógico e psicopedagógico tem sido ofertado de forma mais específica quando identificados casos de estudantes com necessidades específicas, embora ainda sejam encontradas muitas dificuldades para lidar com situações que nem sempre estamos preparados.

Devido a condições desfavoráveis quando se trata de lidar com alunos com deficiência. Para tanto temos buscado apoio junto ao município que conta com profissionais e sala de recurso apropriada, fazendo-se necessário ampliar a oferta destes profissionais para que possa melhor contemplar os que precisam desse atendimento.

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

Amparada por leis, diretrizes e resoluções, a EJA, oferece suporte de obrigatoriedade do estado em relação a essa modalidade de ensino. Ainda é necessário destacar que a Constituição Federal do Brasil designou-a como princípio que toda e qualquer educação aponta o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, art. 205), ainda podemos enfatizar que a ampliação dos direitos de ingresso à educação dos jovens e adultos, sempre com fundamentação em lutas sociais e mobilização por parte da sociedade e da constituição designando que é direito do cidadão e dever do estado para que a EJA, seja realmente efetivada e garanta direitos iguais entre os que tiveram acesso ao ensino normal e os que não tiveram esse acesso. Assim, está destacada dentro do artigo 208 da Constituição Federal:

*O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegura inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, (art. 208).
VI - oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando.*

Tais deveres do Estado foram ampliados em 1996, com a implantação da nova LDB foi promulgado, pela primeira vez, que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (art. 37, Lei 9394/1996). Essa Lei contribuiu para que a EJA, seja mais do que uma educação compensatória. Ela garante uma educação que é direto de todos e dever do estado, e ainda promove a cidadania e garante o acesso do cidadão ao seu âmbito social como um sujeito crítico e capaz de tomar suas decisões dentro de sua comunidade.

5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

A escola enquanto unidade responsável pela formação e construção do cidadão como um ser político deve conduzir o aluno a conhecer e refletir sobre questões diversas sobretudo no que diz respeito ao seu espaço de aprendizagem, cabe a ela viabilizar situações em que os alunos compreendam a importância de participar de discussões e decisões de forma democrática podemos tomar como sugestão a criação do grêmio estudantil sendo esta uma forma de levar alunos a se perceberem como seres que tem direitos e deveres e que a partir de discussões e propostas viáveis é possível assegurar ou mesmo reivindicar interesses comuns com finalidades educacionais.

O grêmio estudantil é uma organização amparada pela Lei, Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985

Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

Tomando por base o Artigo 2º desta Lei a escola busca propor a comunidade a formação de uma comissão escolar fazer um levantamento dos principais problemas observados, discutir propostas e eleger representantes que possam buscar possíveis soluções junto a outras entidades.

A gestão da escola se compromete em orientar e estabelecer parceria com a comissão organizadora e nesse sentido, colaborar com a constituição da cidadania dos nossos estudantes.

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

A formação continuada de professores é essencial para a qualidade de ensino da Educação Básica, além de aperfeiçoar as práticas pedagógicas, e esse processo deve ser contínuo, ou seja, constante, a fim de garantir um ensino de qualidade aos estudantes. Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a formação continuada se torna imprescindível, visto que nas graduações ou no antigo magistério não oferece uma formação específica voltada a essa modalidade, que possui suas

particularidades. E essas formações devem prezar pelas novas tendências educacionais, e as principais dificuldades que surgirem no quadro de professores pertencente ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Em adição a isso, Veiga (2009, p.27) afirma que “A formação de professores é uma ação contínua e progressiva que envolve várias instâncias, e atribui uma valorização significativa para a prática pedagógica, para a experiência, como componente constitutivo da formação”.

Além do mais, é necessário que os professores busquem formação continuada de maneira individualizada, por exemplo, cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado, cursos complementar, fórum, seminários, participação de grupos de pesquisas, entre outros, visto que, nos dias atuais o professor assumir a postura de mediador, e para isso, segundo Freire (2011) o professor precisa ter clareza nas suas práticas pedagógicas, e isso demanda um leque de conhecimentos das diferentes dimensões e uma postura reflexiva estando apto a sempre mudar. Nessa perspectiva, Gadotti enfatiza que:

A formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas. A nova formação permanente, segundo essa concepção, inicia-se pela reflexão crítica sobre a prática. (GADOTTI, 2011, p. 41)

Desse modo, entende-se que as formações continuadas podem partir do interesse pessoal de cada professor, em melhorar suas práticas pedagógicas, como também dos planos de ações vinculadas à Secretaria de Educação do Município e da gestão escolar.

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

Os Princípios Orientadores da Formação Continuada no (CEJA) acontecem com ações voltadas às necessidades e dificuldades do ensino e aprendizagem dos alunos, com a participação dos professores em formações que assegura aprendizado e soluções para algumas demandas. Um dos principais orientadores da Educação de Jovens e Adultos é o educador Paulo Freire, que a partir da sua filosofia, metodologia e ideais eternizado em seus livros, frases...transmitem valorosos ensinamentos para orientar e aprimorar a realidade em sala de aula os pensamentos freirianossão muito dialogado nas formações continuadas. Tais valores podem ser citados para identificar os princípios do CEJA como: Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com

autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p.16).

A formação de professores voltada à EJA visa aperfeiçoar técnicas pedagógicas, metodologias de ensino que possibilitem a permanência desses educandos na escola, proporcionando-lhes um ensino significativo, que os levem à análise crítica dos fatos abordados em sala de aula e do seu meio social.

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

Para que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorra efetivamente é fundamental ter uma política que vise assegurar essa modalidade em todas as etapas de escolarização. E uma delas é a política específica de formação permanente para o professor que atue nessa modalidade de ensino, visto que é o processo de reflexão crítica dos professores sobre as práticas educativas. Para Freire (2002, p. 38), “a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz”. Corroborando a ideia de Freire, podemos dizer que essa profissão exige constantes atualizações, pois atuar na EJA requer preparação e formação adequada. O artigo 62 da LDB 9394/96, em seu parágrafo 1º acrescido pela Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, ressalta que: “A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. E o DCN’s da EJA afirma que:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000, p.56)

Os professores da EJA precisam criar o hábito de fazerem constantes reflexões sobre suas práticas pedagógicas, a fim de aprimorar seus conhecimentos e proporcionar caminhos eficazes para um ensino-aprendizagem dos estudantes.

Desse modo, sabendo da importância e da necessidade de formações continuadas, a Secretária de Educação do município de Anguera/BA e a gestão escolar prezam por oportunizar formações continuadas para os professores do CEJA. Essas formações estão embasadas na Lei Complementar nº 186 de 22 de junho de 2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Anguera/BA. Assim, o plano foi dividido em metas e estratégias, a meta 13 visa elevar o número de matrículas na pós-graduação, e uma das estratégias é garantir que os docentes da rede pública municipal ingressem em cursos de pós-graduação. Além disso, a meta 15 vem abordando a formação continuada na área de atuação. Enfatizamos a estratégia 15. 1 da meta 15

Formular política de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

Diante disso, o município estabelece no PME a garantia de políticas de formação continuada para professores, assim a modalidade de ensino da EJA é beneficiada, na qual tem a intencionalidade de amenizar as inúmeras dificuldades em relação a evasão escolar, a permanência dos estudantes na sala de aula, a falta de livros didáticos, a dificuldade dos professores em elaborar atividades contextualizadas com a realidade dos estudantes, entre outras. Além do PME, o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) preconiza por formações continuadas, visto que é de extrema importância para desenvolver práticas pedagógicas conforme a realidade vivenciada pelos alunos.

As formações continuadas podem ocorrer no ambiente escolar ou em outros espaços, por exemplo, NTE 19, na Secretaria Municipal de Educação, em Universidades estaduais e federais. Inclusive neste ano de 2022, foi iniciado um Curso de Formação Continuada em Atividade ministrado pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), no campus de Feira de Santana em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Anguera. A ação busca fortalecer a prática docente na EJA, discutindo metodologias voltadas para jovens e adultos, bem como ações de acesso e permanência na escola. O curso consta de 10 módulos, alternados com encontros presenciais, online e atividades práticas no cotidiano das escolas. Além dos docentes que atuam em sala de aula, a formação também contempla coordenadores pedagógicos e gestores escolares.

Além disso, algumas atividades complementares (ACs) podem ofertar momentos de formação com a coordenação pedagógica e os professores, a fim de promover uma troca de experiências, visando um trabalho colaborativo que tem proporcionado inúmeras vantagens nos diversos campos de atuação, principalmente na educação.

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

A escola, família e comunidade é uma tríade para a educação de qualidade, pois a comunicação entre família e escola constitui o ingrediente básico para o desenvolvimento dos educandos. A família tem um papel importante na formação do educando, visto que ela dar viés para que os educandos sejam receptivos a educação formalizada, porém no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), a realidade das famílias é estarrecedora, uma vez que a maioria dos jovens pertence à famílias desestruturadas, e isso afeta diretamente no desenvolvimento dos educandos. Diante disso, percebe-se que a grande dificuldade apresentada pelos jovens e adultos é proveniente de problemas familiares, e isso fica evidente, durante os diálogos com os pais ou responsáveis. Maldonado (1997, p.11) afirma que “Por falta de um contato mais próximo e afetuoso, surgem as condutas caóticas e desordenadas, que se reflete em casa e quase sempre, também na escola em termos de indisciplina e de baixo rendimento escolar”.

Desse modo, a participação da família na vida escolar dos filhos, é indispensável, pois quando se tem uma família estruturada e pais que estão em constante acompanhamento dos seus filhos o desempenho escolar é melhor. No entanto, mesmo diante das inúmeras dificuldades encontradas dentre das famílias dos educandos que fazem parte do CEJA, a gestão escolar tenta mantém conectadas com as famílias ou até mesmo com o próprio educando quando possui idade maior que 18 anos, e essa comunicação se dar por meio de ligação telefônica, aplicativo WhatsApp, comunicado, e por visitas em suas residências.

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

A parceria entre a família e escola é importante para o desenvolvimento do aluno. Assim, as escolas vêm tentando melhorar cada vez mais as relações com as famílias e comunidade, propondo que os mesmos participem cada vez mais da vida escolar de seus filhos e familiares.

Com a vida agitada dos pais e/ou responsáveis na luta diária pela sobrevivência, cabe a escola proporcionar meios que venham facilitar a comunicação com a família e comunidade, utilizando recursos de comunicação tais como: informativos impressos, telefonemas, inserir os Pais e/ou responsáveis em grupos de WhatsApp, criar canais de divulgação nas redes sociais e até mesmo fazer visitas domiciliar.

Essa comunicação é muito importante, pois, quando a família participa ativamente da vida escolar dos filhos, é de uma suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo, pois ao chegar a escola, o educando traz consigo um conjunto de experiências vivenciadas, geralmente na família e na comunidade, que vão interagir com um dos princípios básicos para o seu desenvolvimento, que é a educação.

A educação é um instrumento de formação do ser humano pertencente a uma sociedade que está em processo de continua transformação. Essa abordagem dos desafios globais e nacionais de uma concepção humanista de educação e desenvolvimento está alicerçada, segundo a referida Declaração, “ nos direitos humanos e na dignidade; na justiça social; na inclusão; na proteção; na diversidade cultural, linguística e étnica; e, na responsabilidade e na prestação compartilhada (UNESCO, 2015, P.7).

Essa visão humanista da educação já havia sido preconizada por alguns teóricos que enfatizam a necessidade de uma escola que desenvolva um processo educativo amparado no incentivo, na afetividade e no respeito ao educando, porque, conforme ilustra Paulo Freire.

E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive me de prazer entregar-me a reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa a problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna, [...] não posso fechar-me a seu sofrimento ou a sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social (FREIRE, 1996 p.74).

O ambiente escolar deve se constituir na extensão do amor, carinho e segurança proporcionados pela família, sendo que em inúmeras situações a escola é o único refúgio de afeto e equilíbrio encontrado pelo aluno, principalmente quando esse aluno pertence a modalidade da EJA.

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

No Centro de Educação de Jovens e Adultos os interlocutores do processo de formação e comunicação dos alunos que fazem parte desta modalidade de ensino são todos os profissionais docentes e não docentes que compõe o quadro efetivo ou não da unidade escolar, as interações acontecem em diversas formas de diálogos de comunicação entre escola, comunidade e família.

Atualmente tem sido realizadas políticas de comunicação presencial ativa, tendo as redes sociais como aliado fundamentais, seja por meio das intervenções verbal e não verbal, internas e externas. Assim, as propostas de comunicação contextualizada e avançadas no CEJA com a participação da comunidade local, se dá por meio de desenvolvimento de projetos, reunião de pais e mestres, contribuição para o PPP, publicações e compartilhamento em redes sociais. Contudo, ainda há a necessidade das interações e intervenções ser bem intensificadas e divulgadas para toda a população.

Assim, as possibilidades que podem ser apontadas para avaliar e redimensionar o processo de associação e promoção da aprendizagem nos jovens e adultos por parte da comunidade anguerense feito pelos professores dentro das salas de aula é o diálogo permanente, visando à leitura de mundo que cada aluno traz consigo.

Todavia, Respalhada na Constituição Federal (artigo 205 da Constituição Federal de 1988) e na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 (1996), a participação da comunidade na gestão escolar democrática e participativa, pode tornar a escola mais democrática em suas decisões, apesar de não ser fácil, percebe-se que a família é de fundamental importância neste processo e a escola deve tomar ações pedagógicas que envolvam e propiciem maior adesão e participação dos pais e comunidade em seu contexto.

A comunidade/escola/família possibilita uma visão humanista da educação que já havia sido preconizada por alguns teóricos que enfatizam a necessidade de uma escola que desenvolva um processo educativo amparado no incentivo, na afetividade e no respeito ao educando, porque, conforme ilustra Freire:

E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna; [...] não posso fechar-me a seu sofrimento ou à sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social (FREIRE, 1996, p.74).

O processo educacional que requer, de todos os jovens e adultos do CEJA, incansável engajamento e responsabilidade social. Alinhada a esse compromisso, a Constituição Federal (1988) estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p. 123).

Baseado nesses diretos, o município de Anguera reconhece a importância da família na formação cidadã do indivíduo, contudo, não eximindo o dever do Estado, a Constituição Federal (1988), preconiza:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 132).

Nesta perspectiva na Educação de Jovens e Adultos Libâneo afirma que:

Em alguns estudos sobre a escola, o processo ensino-aprendizagem e o trabalho dos professores têm sido vistos nessa dupla abordagem, ou seja, a explicação dos problemas na perspectiva externa e interna, já que efetivamente o desempenho escolar positivo ou negativo dos alunos é afetado tanto pelo contexto social global da sociedade e o entorno social mais próximo, quanto pela atuação dos fatores intraescolares (LIBÂNEO, 2012, p. 333).

As Diretrizes da Comunidade escola/família/comunidade, são um conjunto de formação que contribuem ativamente para os avanços do aprimoramento da leitura e escrita e outras habilidades dos jovens e adultos do CEJA, pois só em conjunto e em busca de objetivos elencados na proposta curricular a mudança na vida educacional dos envolvidos pode acontecer.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

O PPP constitui-se num processo de vivência democrática, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessita fazer, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade.

Entendida como parte do processo e não como um fim em si, a avaliação do PPP requer a utilização de estratégias, recursos e instrumentos de coleta de dados para a investigação.

Nesse sentido, a avaliação do PPP torna-se um instrumento que possibilita um diagnóstico da escola como um todo, visando identificar os desafios a serem superados pelo coletivo escolar e ao mesmo tempo que serve como subsídio para a tomada de decisão quanto aos rumos do trabalho educativo desenvolvido, abordando a análise de todos os aspectos institucionais: resultados da aprendizagem, indicadores educacionais, gestão escolar, clima escolar, estrutura física, aplicação de recursos, etc., tornando-se assim um instrumento de reorientação do trabalho educativo e administrativo da instituição de ensino com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa.

O período de acompanhamento e avaliação do Projeto Político da Escola, acontece anualmente, para a revisão, análise e realimentação se necessário das ações pré-determinadas com vista a melhoria do processo educativo e participação do Conselho Escolar feito por pessoas responsáveis que se reúnem para saber como andam os trabalhos, as ações menores que estão sendo planejadas, concluídas e avaliadas, tendo vínculo com o Projeto Político Pedagógico.

Nesse contexto, foi observado que ao construir e implementar o Projeto Político Pedagógico é preciso haver diagnóstico das necessidades de toda comunidade escolar a ser atendida durante o ano letivo, que os planos devem ser flexíveis e abertos a mudanças no decorrer do processo.

Além disso, é necessário que todos da comunidade escolar atuem na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico com participação ativa e interesse coletivo. Na atual conjuntura social, a escola que norteia suas ações suas ações sob a ótica de uma gestão democrática e respaldada num projeto político pedagógico, de concepção inovadora, certamente viabilizará o processo de ensino - aprendizagem de qualidade.

6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o

tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (Vasconcellos, 1956, p. 168).

O projeto político-pedagógico não pode permanecer apenas no discurso, apenas para mascarar a prática pedagógica, dando continuidade a ideologia conservadora, que não permite a mudança e não aceita a participação. A comunidade escolar precisa buscar uma nova prática educativa que vise, através da prática dialética entre teoria e prática a transformação do contexto escolar, que tem como principal desafio o desenvolvimento pleno do aluno.

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

Mais do que somente uma exigência burocrática, o documento é a principal ferramenta de planejamento e avaliação de uma escola. *Ao colocar o PPP em prática*, a gestão consegue nortear as ações e projetos para os próximos anos, gerando mudanças na comunidade escolar como um todo. O PPP detém muitas informações relevantes, configurando-se numa ferramenta de avaliação e planejamento para todos os gestores e membros da equipe pedagógica de uma escola. Por isso, ele deve ser consultado a cada tomada de decisão. Essa importância também exige que ele não esteja desatualizado ou inacabado.

Mesmo com o desafio de compartilhar as responsabilidades e envolver toda a comunidade nesse trabalho, o esforço é compensador! Com um PPP bem estruturado, a escola ganha parceiros, colaboradores, uma identidade e todos podem tomar decisões com clareza e segurança em prol da aprendizagem. Assim, diante da especificidade do projeto da escola, a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar as seguintes características propostas por Veiga (2001):

- ✓ Ser processo participativo e ter como ponto de partida a realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- ✓ Preocupar-se em implantar a forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- ✓ Estabelecer, de forma clara, princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade e no estímulo à participação de todos os segmentos;

- ✓ Propor ações e conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo;
- ✓ Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- ✓ Ser construído continuamente.

Em um projeto, planejamos para alcançar objetivos que ainda não foram conquistados pela escola e para garantir que as ações que a escola tem adotado com bons resultados continuem e sejam oficializadas, no PPP, como prática pedagógica da escola.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

A avaliação do PPP deve considerar dois grandes eixos: Avaliação da Aprendizagem e a Avaliação Institucional.

Em termos da avaliação da aprendizagem escolar, propõe-se a construção de uma prática educativa em que a avaliação esteja presente de forma sistemática e processual, em todo percurso do ensino e da aprendizagem, tanto no aspecto cognitivo quanto na dimensão das competências socioemocionais. (DCRM p.112). No CEJA as avaliações das aprendizagens são pautadas em planejamentos e projetos pedagógicos que visam atender os sujeitos da EJA em questão, contribuindo assim para uma dinâmica avaliativa mais produtiva. Utilizando a análise do aprendizado como instrumento de incentivo para que o estudante supere suas dificuldades e possa prosseguir seus estudos.

Enquanto a avaliação institucional deve ser entendida como instrumento de melhoria e de qualidade do processo de ensino e aprendizagem ofertados pela instituição de ensino, a mesma tem como objetivo compreender e avaliar todos os processos contemplando as características individuais da instituição de modo a identificar as fragilidades e potencialidades para que, em seguida, possam ser corrigidos e/ou aprimorados.

A avaliação institucional é uma exigência da atual conjuntura que tem como princípio uma sociedade democrática. Dessa forma, visa a reformulação de princípios administrativos e pedagógicos buscando compreender as relações e as estruturas de caráter público e social.

Nessa perspectiva, a avaliação institucional constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a avaliação institucional articula as outras avaliações (as externas e as realizadas em sala de aula), possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema (SILVA, 2019, p. 1).

Para isso, podem ser elaborados instrumentos que possibilitem tal avaliação. Como por exemplo: questionários, encontros com a comunidade, análise dos dados dos indicadores externos obtidos pela instituição, etc. Ações como essa podem ser organizadas com momentos periódicos a serem definidos em conjunto pela gestão escolar da instituição de ensino e suas instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis). Isso porque, quando nos referimos à avaliação institucional, não estamos falando de avaliação dos estudantes, referimo-nos a algo mais amplo, que envolverá a análise dos resultados gerais da instituição, das expectativas que a comunidade escolar apresenta em relação à instituição, bem como sua análise em relação ao que a instituição já desempenha.

Em relação à avaliação institucional, utilizamos a seguinte estratégia: no início do ano letivo na assembleia geral reúne-se os pais e explica-se o que é uma avaliação institucional, reforçando a importância da participação dos mesmos nesse processo, lançando questões referentes ao trabalho da escola. Na ocasião, os pais podem expressar sua opinião fazendo críticas, dando sugestões e avaliando todo trabalho.

São feitas em média 20 questões englobando a infraestrutura, o trabalho administrativo e pedagógico, o transporte, os eventos realizados pela escola, dentre outras questões.

Com os professores, avalia-se a instituição coletivamente durante todo o ano letivo. Com os alunos avalia-se a instituição nas assembleias de turmas que são realizadas no final de cada trimestre juntamente com o professor regente e registrados em ata no livro de ocorrências da turma. Nesses momentos eles discutem sobre o andamento da turma, incluindo notas e comportamento, também relatam sobre seus anseios e fazem reivindicações. Essas reivindicações são analisadas pelos professores, direção e equipe e na medida em que são pertinentes e com fundamentação coerente, permitimos a concretização dos anseios, desde que esteja dentro das possibilidades da escola.

Assim, o acompanhamento e a avaliação do PPP, visam observar as metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. Este precisa de acompanhamento sistemático para que se possa verificar o planejamento se está adequado, quais os objetivos que já foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais as ações necessitam de um novo direcionamento. Para que isso aconteça, é preciso que o grupo estabeleça metas de como pretende realizar o processo de avaliação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, quando de sua elaboração, assim será possível encerrar e auxiliar os enfrentamentos dos desafios cotidianos, de forma reflexiva e participativa.

Sugestões de estratégias para avaliar o PPP do CEJA

- ✓ Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- ✓ Coleta de dados, tabulação, análise e divulgação dos resultados para comunidade escolar;
- ✓ Ações de reestruturação para fins de intervenções.

Propõem-se dois períodos para avaliação do PPP:

Atualização geral do PPP

Ocorrerá a cada três anos e primará pela reestruturação integral dos elementos constitutivos do documento, desde o diagnóstico da comunidade escolar, opção metodológica, concepção de aprendizagem e de ensino, papel da escola, concepção de homem.

Atualização parcial do PPP

Ocorrerá a cada ano, no início do ano letivo, com pequenos ajustes no documento, sem alterá-lo significativamente em sua conjuntura, com base em mudanças possíveis eventualmente demandadas por condicionantes externos legais que exijam atualização.

O ato de avaliar, no contexto escolar, assume papel fundamental, por envolver todos os segmentos e proporcionar reflexões sobre sua prática pedagógica, analisando resultados que subsidiarão as ações voltadas para o avanço das aprendizagens dos estudantes. Torna-se necessário, então, fazer questionamentos que permitirão avaliar, refletir e tomar decisões para a melhoria do desenvolvimento das ações e metas da escola, dentre outros:

- ✓ Acontecimentos recentes relacionados ao contexto social dos estudantes e da escola são suficientes para caracterizar uma mudança no diagnóstico do documento?
- ✓ Tem havido mudanças no espaço escolar no que se refere à relação entre pessoas, número de estudantes por sala, reforma, etc, que suscitem alteração no corpo do documento? O documento tem atendido a essa necessidade de mudança?
- ✓ A escola promove momentos de reflexão teórico-prático sobre a metodologia de aprendizagem e ensino?
- ✓ Sendo integrante da rede estadual de ensino, o atual documento tem se adequadado às mudanças ocorridas recentemente de acordo com os documentos oficiais (Diretrizes, Propostas Curriculares, Regimento Escolar, Sistemática de Avaliação, dentre outras)?
- ✓ O PPP reflete as necessidades da escola?
- ✓ As ações propostas no PPP tem correspondido ao embasamento teórico para a garantia dos objetivos de aprendizagens?
- ✓ Houve adequação aos diversos segmentos da comunidade escolar?
- ✓ Houve entraves para o alcance das metas propostas?
- ✓ A equipe foi envolvida na execução das ações propostas no PPP?
- ✓ As ações planejadas foram executadas?
- ✓ Surgiram novas demandas?
- ✓ O PPP tem sido vivenciado efetivamente na escola?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso foi grande e o desafio maior ainda, mas acreditando na responsabilidade e compromisso da equipe estamos finalizando esta etapa do nosso trabalho, com a sensação do dever cumprido. Agradecemos em primeiro lugar a Deus

pela vida, aos membros do comitê local colaborativo do PPP, a secretaria Municipal de Educação, à toda comunidade escolar, em especial à nossa equipe incrível que sempre acreditou no objetivo final e que se dedicou muito na realização deste trabalho e pelos frutos que colheremos juntos, agradecemos de coração!

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. RJ: Vozes, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BORDIM, Solano Heberti. Avaliação na EJA: possibilidades de novos instrumentos. Secretaria de Estado da Educação – SEED Superintendência da Educação – SUED Diretora de Políticas e Programas Educacionais Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE Vol.I. 2014.
- BUSS, RosineteBloemerPickler. Gestão Escolar: cadernos de estudos. Indaial: Ed. ASSELVI, 2008
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 15 jan. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.
- Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC/Secretaria de EducaçãoBásica. (Brasília, 2016, p. 82).
- . Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 2001.
- Salto para o Futuro: Construindo a Escola Cidadã. Projeto político-pedagógico. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

Sistema de Avaliação da Educação Básica - Documentos de Referência (versão 1.0) /Ministério de Educação. Brasília, 2018.

Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CEB n.11/2000 – Homologado. Aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 23 set de 2022.

CALDART, Roseli Salete.; MOLINA, Mônica Castagma. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 133-145.

CAVALCANTE, E. S. M.; CARDOSO, M. A. Reflexões sobre a metodologia utilizada na Educação de Jovens e Adultos: entre o real e o ideal. Rev. Lugares de Educação, v. 6, nº12, p. 158-181, 2016.

CARVALHO, Anna M. Pessoa & GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de Ciências. São Paulo: Cortez, 1993.

CORTELLA, Mário Sergio. Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

DEMO, P., Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2000.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo. Gaia, 2004.

DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço recente da educação de jovens e adultos no Brasil. In Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Nº 17. Maio de 2004

“Balanço e perspectivas da pesquisa sobre formação de educadores(as) de jovens e adultos”. In III Seminário nacional de formação de educadores de jovens e adultos. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Deriva, 2011, pp. 167-77.

Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020.

Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Secretaria de Educação do Município de Anguera - Bahia, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzáles;

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. CNPQ/ UNESP. (2012, a). Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acessado em 20 de set. de 2022.

FREIRE, Paulo. A educação como pratica da liberdade. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

À sombra desta mangueira. 4ª ed. São Paulo: Olho D'água, 2001.

Pedagogia do Oprimido. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacyr; ROMÃO, José (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. Vol. 5. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da escola cidadã)

FOUCAULT, Michel. "Política e Ética: uma entrevista." In: Ética, Sexualidade e Política, por Michel FOUCAULT, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensina-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

M. "Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização".In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES. Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-Cultural. In: Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Ramos, Marise Nogueira; Adão, Jorge Manoel; Barros, Graciete M. do Nascimento (orgs). Brasília: Secretaria de Educação Média e tecnológica, 2007.

GUIMARÃES et al. Efeitos de um programa de atividade física sobre o nível de autonomia de idosos participantes do programa saúde da família. Fitness Performance Journal, Rio de Janeiro, v.7, n.1, dez. 2008.

KRELLING, L. M. A Educação de Jovens e Adultos e o ensino de Ciências Naturais: contribuições da utilização dos conceitos unificadores.Dissertação (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Lei nº 11.494/20.06.2007, Lei nº 11.507/20.07.2007, Lei nº 11.947/16.06.2009 - Art. 1º

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo. Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

As relações “dentro-fora” na escola ou as interfaces entre práticas socioculturais e ensino. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, N. (org.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

MALDONADO, Maria T. Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir. São Paulo: Saraiva 1997.

MARX; ENGELS. A ideologia alemã (Feurbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2009

MONTAGNER, Paula... [et. al.] Diversidade e capacitação em escolas de governo: mesa redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2010, p. 15-55.

NASCIMENTO, Jorgiana Cristine Pontes; SILVA, Allana Sousa; RABELO, Franci Sousa. Formação Continuada E Prática Pedagógica Em Eja: Uma Relação Complexa – In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. 2015

NIKITIUK, Sônia Maria Leite . Um processo coletivo de formação continuada pelos caminhos da história local. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. P. 161-162.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PARANHOS, Rones de Deus; SHUVARTZ, Marilda. A relação entre educação ambiental e a educação de jovens e adultos sob a perspectiva da trajetória dos educadores. Contexto & Educação, Ijuí, v. 28, n. 91, p. 84-105, set./dez. 2013.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. Disponível em: RIBEIRO, Rosane Santos. Desenvolvimento de recursos humanos. Canoas: ed. ULBRA, 2002. – (Caderno universitário; 34)

ROJO, R. Modos de transposição dos PCN às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: ROJO, Roxane (Org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. São Paulo: 2000. p. 27-37.

SACRISTÁN, G. Os professores como Planejadores. IN: SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez A.I. Compreender e transformar o ensino. 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998. p. 81.

SALTINI, Cláudio J. P. Afetividade e inteligência: a emoção na educação. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2008. p. 29.

SAVIANI, Dermeval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da (orgs). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 145-155.

Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, O. S. F. e ANECLETO, Ú. C. Formação docente na cultura digital: por uma prática pedagógica ética e humanista. In: JEREZ, Sergio Alejandro Rodríguez (coordenador y editor); ZÁRATE, Zaida Espinosa. Enseñar y educar en la civilización digital. Bogotá: Universidad Sergio Arboleda. Escuela de Filosofía y Humanidades; Decanatura de Innovación y Desarrollo Digital, 2019. p. 114-132. Disponível em: <<http://repository.usergioarboleda.edu.co/bitstream/handle/11232/1334/Ense%C3%B1ar%20y%20Educar%20en%20la%20civilizaci%C3%B3n%20digital.pdf?sequence=4&isAllowed=y#page=114>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública: um diálogo no município de Alagoinhas/PB. Revista Educação Pública, v. 19, nº 8, 30 de abril de 2019.

SOARES, Leônicio. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, S. Z. L. Avaliação Escolar: constatações e perspectivas. Revista de Educação AEC, Brasília -DF, ano 24,nº 94, jan./mar.,1995.

TEDESCO, J. C. Sociologia da educação. Campinas: Editores Associados, 1995.

UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 14.ed. São Paulo: Libertad, 2000

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas, SP: Papirus, 1989.

Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. São Paulo: Papirus, 2009.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> . Acessado em: 04 de agosto de 2022.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm